



**SRP – SISTEMA REGISTRO PREÇOS N.º
016/2020.**

**PREGÃO PRESENCIAL
N.º 020/2020.**

**AQUISIÇÃO DE UNIFORMES
SUPERINTENDÊNCIA
MUNICIPAL DE TRÂNSITO**

**DATA DE ABERTURA: 17 DE MARÇO DE 2020
HORÁRIO: 09H00M**



ÍNDICE GERAL

01 - Edital

- 1.1 - Item 01.....Do Objeto
- 1.2 - Item 02.....Condições de Participação
- 1.3- Item 03.....Do Credenciamento, Da Declaração De Habilitação e Da Declaração Do Enquadramento Na Lei Complementar Nº 123/2006 e respectivas alterações dadas pela Lei Complementar 147/2014.
- 1.4 - Item 04.....Da Apresentação dos Envelopes
- 1.5 - Item 05.....Do Envelope “Proposta de Preços”
- 1.6 - Item 06.....Do Envelope “Documentos de Habilitação”
- 1.7 – Item 07.....Impugnação de Edital
- 1.8 - Item 08.....Da Sessão do Pregão
- 1.9 - Item 09.....Dos Recursos
- 1.10 - Item 10.....Do Critério de Julgamento
- 1.11 - Item 11.....Dos Recursos Fin. e da Dotação Orçamentária
- 1.12 - Item 12.....Das Obrigações
- 1.13 - Item 13.....Da Homologação
- 1.14 – Item 14.....Do contrato e das penalidades
- 1.15 – Item 15.....Da Formalização da Ata de Registro de Preços
- 1.16 – Item 16.....Assinatura da Ata de Registro de Preços
- 1.17 – Item 17.....Validade do Termo de Ata de Registro de Preços
- 1.18 – Item18.....Da Variação dos Preços Registrados
- 1.19 – Item19.....Autorização para utilização da Ata e Emissão do Empenho
- 1.20 – Item 20.....Dos Preços
- 1.21 – Item 21.....Da Autorização de Fornecimento
- 1.22 – Item 22.....Condições de recebimento do objeto da Ata de Registro de Preços
- 1.23 – Item 23.....Do Pagamento
- 1.24 – Item 24.....Cancelamento da Ata de Registro de Preços
- 1.25 – Item25Das Disposições Gerais

02 - Anexos

- 2.1 - Anexo I.....Termo de Referência
- 2.2 - Anexo II.....Carta de Credenciamento
- 2.3 - Anexo III.....Modelo de Carta de Apresentação Documentação
- 2.4 - Anexo IV.....Modelo de Declaração I
- 2.5 - Anexo V.....Modelo de Declaração II (art. 7º, XXXIII CF).
- 2.6 - Anexo VI.....Minuta da Ata de Registro de Preços
- 2.7 - Anexo VII.....Modelo da Proposta de Preços
- 2.8 - Anexo VIII.....Declaração de que a licitante não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 2.9 - Anexo IX.....Declaração de Servidor Público
- 2.10 - Anexo X.....Minuta de Contrato
- 2.11 – Anexo XI.....Tabela unificada de Valores



JUSTIFICATIVA PELA NÃO EXCLUSIVIDADE DE ITENS PARA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE E PELA NÃO SEPARAÇÃO DOS ITENS PARA COTAS RESERVADAS PARA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

Justifica-se a não realização DE EXCLUSIVIDADE e DE COTAS RESERVADAS no presente certame, qual seja, para Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte pelo fato de que, a exclusividade apesar dos itens que forem estimados, abaixo de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), e dos itens que estiverem estimados acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), serem separados por cotas, poderá representar prejuízos ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

No Edital do Pregão Presencial N.º 020/2020, não consta a exclusividade para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte e a divisão dos itens por cotas, pois a licitação em referência tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE UNIFORMES PERSONALIZADOS CONFECCIONADOS SOB MEDIDA PARA USO DOS SERVIDORES DAS ÁREAS ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS, INCLUINDO OS AGENTES DE TRÂNSITO DESTA SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO – SMT**, sendo que em tal segmento empresas tradicionais que oferecem os mesmos no mercado, em sua maioria, não são ME/EPP.

Dessa maneira, há restrição à participação de fabricantes, de distribuidores e de empresas do ramo, prevalecendo-se as ME/EPP que, sendo revendedoras desses materiais destinados a SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO -SMT de Caldas Novas, sendo assim, adquirem os mesmos agregando custos diversos, tributos, transportes e lucros, durante toda a cadeia comercial até a finalização da venda, desencadeando a onerosidade. Com efeito, se a Administração insistir na limitação da presente licitação com exclusividade para ME/EPP, corre o risco de ver frustrado o certame e os itens serem considerados fracassados por não conseguir comprar esses materiais com qualidade e pelo preço estimado de referência, conforme preconiza o Edital. É notório que a restrição à participação de outras empresas, apesar de amparada pela Lei

A ressalva feita por Ronny Charles:

“Importante perceber que a obrigatoriedade do certame exclusivo sempre deve ser temperada pela observância dos princípios que conformam a atividade administrativa (como a eficiência) e pelas restrições legais dispostas pelo artigo 49, inc. II e III da LC 123/2006, alterada pela LC 147/2014.”

Como destaca o referido autor, não será possível a adoção da licitação exclusiva quando, por exemplo, não houver um mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas e empresas de pequeno porte, sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório (Art. 49, Inc. II).

Da mesma forma, não se aplicará o disposto no Art. 48 da Lei Complementar N.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar N.º 147/2014 quando o tratamento diferenciado e simplificado não for vantajoso para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado (Art. 49, Inc. III).

Vejamos, o disposto no Inciso II e III do Artigo 49 da Lei Complementar N.º 123/06, alterada pela Lei Complementar N.º 147/2014, que prevê a possibilidade de justificativa a fundamentar a não realização de licitação com tratamento diferenciado:



Art. 49. Não se aplica o disposto nos quando:
(...)

II – Não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III – O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

Ou seja, apesar da Lei Complementar N.º 123/06, alterada pela Lei Complementar N.º 147/2014, em seu Artigo 48, Inciso III, prever a obrigatoriedade;

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública poderá realizar processo licitatório:

I - Deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

(...)

III - em que se estabeleça cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, em certames para a aquisição de bens e serviços de natureza divisível.

O que se observa é que a Lei Complementar N.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar N.º 147/2014 visa ampliar a participação das ME/EPP nas licitações, mas não elevar a hipossuficiência econômica das mesmas acima do interesse público. Dessa forma, é importante sopesar princípios pertinentes ao presente certame como o da competitividade, da economicidade e da eficiência, buscando-se a “proposta mais vantajosa para a administração” conforme é vislumbrado no Artigo 3º da Lei Federal N.º 8.666/93.

Em síntese, realizar, o presente certame, prevendo a possibilidade de exclusividade e de cotas para Microempresa ou Empresa de Pequeno porte poderá representar prejuízos incalculáveis com a repetição de um outro certame para itens que seriam fracassados. A não aplicação do dispositivo, que prevê a obrigatoriedade, é atenuada com o disposto na própria Lei, que, em seu inciso II e III, do Artigo 49 prevê a possibilidade da não aplicação como já descrito.

É o que tínhamos a justificar para o prosseguimento do certame, sem que seja com Cotas Reservadas e Exclusividade para Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

Caldas Novas – GO, 12 de fevereiro de 2020.

Ana Leomara Gomes Vieira
Pregoeira



EDITAL SRP N.º 016/2020. – PREGÃO PRESENCIAL N.º 020/2020.

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE UNIFORMES PERSONALIZADOS CONFECCIONADOS SOB MEDIDA PARA USO DOS SERVIDORES DAS ÁREAS ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS, INCLUINDO OS AGENTES DE TRÂNSITO DESTA SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO – SMT.

PREÂMBULO

EDITAL DE PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 020/2020

SRP Nº 016/2020.

TIPO JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2019075455

DATA DA REALIZAÇÃO: 17 de março de 2020

HORÁRIO: 09h00m

SOLICITAÇÃO: SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO –SMT.

LOCAL: Prefeitura Municipal, situado na Avenida Orcalino Santos, N.º 283 – Centro.

E-mail: comissaolicitacao@caldasnovas.go.gov.br

O Município de Caldas Novas, Goiás, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar em sua sede, por intermédio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo “MENOR PREÇO POR ITEM”, através do sistema de REGISTRO DE PREÇOS, nos termos da Lei Federal N.º 10.520, de 17 de Julho de 2002, Decreto Municipal N.º 727/2013, Lei Municipal N.º 2.119/2014, Lei Complementar N.º 123, de 14 de Dezembro de 2006 e respectivas alterações dadas pela Lei Complementar N.º 147/2014, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal N.º 8.666, de 21 de Junho de 1993 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie e pelas disposições deste Edital e seus Anexos, mediante as condições estabelecidas neste edital e seus anexos, decorrentes dos Processos Administrativos N.º 2019075455 para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE UNIFORMES PERSONALIZADOS CONFECCIONADOS SOB MEDIDA PARA USO DOS SERVIDORES DAS ÁREAS ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS, INCLUINDO OS AGENTES DE TRÂNSITO DESTA SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO – SMT.**

O credenciamento e os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do Certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da pregoeira em contrário. As propostas deverão obedecer às especificações estabelecidas por este instrumento convocatório e seus anexos, que dele fazem parte integrante.

A sessão de processamento do Pregão será realizada, na sala da Comissão Permanente de Licitações desta Prefeitura, localizada na Avenida Orcalino Santos, N.º 283, iniciando-se no **dia 17 de março de 2020 às 09h00m** e conduzida pela Pregoeira com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.



O Edital e seus respectivos anexos encontram-se afixados no mural de Licitações e no site da Prefeitura Municipal de Caldas Novas www.caldasnovas.go.gov.br e à disposição dos interessados para consulta e estudo, durante o prazo de divulgação da Licitação até o recebimento dos envelopes, nos dias úteis e no horário das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira, na Comissão Permanente de Licitações desta Prefeitura, no endereço acima citado.

I. DO OBJETO

1.1. A presente licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo “MENOR PREÇO”, sob o regime de MENOR PREÇO POR ITEM, tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE UNIFORMES PERSONALIZADOS CONFECCIONADOS SOB MEDIDA PARA USO DOS SERVIDORES DAS ÁREAS ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS, INCLUINDO OS AGENTES DE TRÂNSITO DESTA SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO – SMT.**

II. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão, os interessados e as empresas do ramo pertinente ao seu objeto, legalmente constituídas e que satisfaçam as condições estabelecidas neste Edital, não sendo permitida a participação de consórcios.

2.1.1. A licitante que não comprovar a compatibilidade de sua atividade comercial ao objeto do Edital, será sumariamente impedida de participar do certame.

2.2. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que o Município de Caldas Novas não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

2.3. A participação na licitação implica, automaticamente, na aceitação integral dos termos deste Edital e seus Anexos e leis aplicáveis.

2.4. Os documentos exigidos deverão ser apresentados em original ou publicação em órgão da imprensa oficial ou por qualquer processo de cópia autenticada ou poderão ser autenticadas por membro da Comissão de Licitação, mediante apresentação do original até um dia anterior da data da abertura.

2.5. Só terão direito de usar a palavra, rubricar as documentações, propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar as Atas os licitantes credenciados, a Pregoeira e os membros da Equipe de Apoio.

2.6. É vedada a participação de empresas:

2.6.1. Concordatária ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

2.6.2. Que tenha(m) sido declarada(s) inidônea(s) pela Administração Pública e, caso participe do processo licitatório, estará (ao) sujeita(s) às penalidades previstas no Art. 97, parágrafo Único da Lei Federal 8.666/93;



2.6.3. Que esteja reunida em consórcio ou coligação;

2.6.4. Cujos sócios ou diretores pertençam, simultaneamente, a mais de uma firma licitante.

2.7. Não poderá participar direta ou indiretamente da Licitação, servidor dirigente da Prefeitura Municipal de Caldas Novas, bem como as empresas cujos sócios, administradores, empregados, controladores sejam servidores da mesma.

III. DO CREDENCIAMENTO, DA DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DO ENQUADRAMENTO NA LEI COMPLEMENTAR N.º 123/2006 E SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES DADAS PELA LEI COMPLEMENTAR N.º 147/2014.

3.1. No dia horário e local designado para recebimento dos envelopes, a Licitante deverá apresentar um representante para credenciamento, sendo recomendável sua presença com 10 (dez) minutos de antecedência em relação ao horário previsto para a sua abertura da seguinte forma:

3.1.1. Se por seu titular, diretor, sócio ou gerente, apresentar cópia do Estatuto Social ou Contrato Social devidamente registrado e sua última alteração (se for o caso) e que lhe confira poderes expressos para exercer direito e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, devendo identificar-se, exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente;

3.1.2. Se por outra pessoa, devidamente acompanhado por instrumento particular de procuração (original ou autenticada), com firma reconhecida da assinatura do Outorgante, devidamente acompanhada da fotocópia do Contrato Social autenticado da empresa e sua última alteração (se for o caso), com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da representada, devendo identificar-se, exibindo cópia autenticada da carteira de identidade ou outro documento equivalente do Outorgante e Outorgado, poderão ser autenticadas por membro da Comissão de Licitação, mediante apresentação do original até um dia anterior da data da abertura da sessão.

3.2 Todas as licitantes deverão apresentar, **OBRIGATORIAMENTE, juntamente ao instrumento de Procuração Público ou Particular (que deverá ser reconhecida em Cartório),** na entrega dos envelopes, a Carta de Credenciamento e a Declaração – **ANEXOS II e IV.** A ausência da declaração ou recusa em assiná-la, constitui motivo para a exclusão da Licitante do Certame.

3.2.1. A CARTA DE CREDENCIAMENTO NÃO SUBSTITUI O INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO PÚBLICO OU PARTICULAR, DA MESMA FORMA QUE O INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO NÃO SUBSTITUI A CARTA DE CREDENCIAMENTO.

3.3. Somente as Licitantes que atenderem aos requisitos do item 3.2 deste, terão poderes para formular verbalmente, na sessão, novas propostas e lances de preços, manifestarem após a declaração do vencedor, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer contra decisões da Pregoeira, assinar a ata onde estará registrado o valor final decorrente dos lances e praticar todos os demais atos inerentes ao certame em nome da Proponente. A Licitante que se retirar antes do término da sessão considerar-se-á que tenha renunciado ao direito de oferecer lances e recorrer dos atos da Pregoeira.

3.4. Em se tratando de **MICRO EMPRESA** ou **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, se for o caso, nos termos da Lei Complementar N.º 123, de 14 de dezembro de 2006, e para que essa possa gozar dos benefícios previstos no Capítulo V da referida Lei, é necessário apresentar junto com os documentos de credenciamento:



- Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial (IN 103/2007, § 8º) lembrando que será vistoriado o prazo de validade e o selo de autenticidade.

3.5. Estará disponível anexo ao edital 01 (uma) planilha eletrônica do Excel, a qual devera **OBRIGATORIAMENTE**, ser somente preenchida sem nenhuma alteração, em meio magnético e gravadas em CD ou PEN DRIVE na versão (Excel 97-2003), o qual deverá ser etiquetado com o nome da Proponente, tipo e numeração da Licitação e entregue juntamente com a Carta de Credenciamento.

3.6. SERÁ ACEITO A PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS QUE ENVIAREM SUA DOCUMENTAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO DO CERTAME VIA CORREIOS OU OUTRO AGENTE SIMILAR. SENDO QUE O ENVELOPE CONTENDO A REFERIDA DOCUMENTAÇÃO DEVERÁ SER PROTOCOLADO NO PROTOCOLO GERAL SITUADO NO POUÇA TEMPO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS NOVAS E DIRIGIDAS A PREGOEIRA DO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS NOVAS – GO.

3.7. Declarado encerrado o procedimento de Credenciamento, não mais será admitida à participação de outras Proponentes.

IV. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

4.1. As Proponentes deverão entregar o envelope proposta e o de documentação, devidamente fechados de forma indevassável, contendo as páginas numeradas, com os dizeres na parte externa e frontal:

<p style="text-align: center;"><u>ENVELOPE N.º 01</u> PROPOSTA DE PREÇOS.</p> <p>PREGÃO PRESENCIAL N.º 020/2020.</p> <p>NOME DA EMPRESA: _____</p> <p>CNPJ: _____</p> <p>MUNICÍPIO DE CALDAS NOVAS – GO.</p>
--

<p style="text-align: center;"><u>ENVELOPE N.º 02.</u> DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.</p> <p>PREGÃO PRESENCIAL N.º 020/2020.</p> <p>NOME DA EMPRESA: _____</p> <p>CNPJ: _____</p> <p>MUNICÍPIO DE CALDAS NOVAS – GO.</p>
--



V. DO ENVELOPE N.º 01 - "PROPOSTAS DE PREÇOS"

5.1. No (s) Envelope (s) "Proposta (s) de Preços" constarão à carta-proposta, contendo inclusive a indicação de apenas uma marca para cada produto cotado, bem como, o prazo de entrega de acordo com o Termo de Referência parte integrante desse procedimento, a qual deverá ainda:

5.1.1. Ser redigida, na mesma ordem constante dos Anexos, impressa em papel timbrado ou editorada por computador, em língua portuguesa, salva quanto às expressões técnicas de uso corrente redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datadas, assinadas e rubricadas todas as folhas pelo representante legal da Proponente.

5.1.2. Indicar a razão social da Proponente, endereço completo (rua/avenida, número, bairro, cidade, CEP e UF) telefone e endereço eletrônico (e-mail), mencionando o Banco, números da conta corrente e da Agência no qual serão depositados os pagamentos se a Licitante se sagrar vencedora do certame, bem como, a qualificação do representante da Licitante, para fins de assinatura do contrato, quando for o caso.

5.1.3. A validade da proposta, o qual não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura do envelope "proposta".

5.1.4. Ser apresentada sem emendas ou rasuras, com preços expressos em moeda corrente nacional, utilizando apenas duas casas decimais após a vírgula (Lei Federal N.º 9.069/95), discriminados por item, em algarismo (unitário e total). No preço ofertado deverão estar incluídas todas as despesas que incidam ou venham a incidir, tais como, fretes, impostos, taxas, encargos enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto ora licitados inclusive os decorrentes de troca dentro do prazo de garantia se for o caso.

a) As Propostas que atenderem aos requisitos do edital e seus anexos serão verificados quanto a erros, os quais serão corrigidos pela Pregoeira da forma seguinte:

1) Discrepância entre valor grafado em algarismos e por extenso: prevalecerá o valor por extenso;

2) Erros de transcrição das quantidades previstas: o item será corrigido, mantendo-se o preço unitário e corrigindo-se a quantidade e o preço total;

3) Erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente: será retificado, mantendo-se o preço unitário e a quantidade e corrigindo-se o total;

4) Erro de adição: será retificado, considerando-se as parcelas corretas e retificando-se a soma.

b) O valor total da proposta será ajustado pela pregoeira em conformidade com os procedimentos acima para correção de erros. O valor resultante constituirá o total a ser pago.

5.1.5. A centésima parte do Real, denominada "centavos", será escrita sob as formas decimais, precedidas da vírgula que segue a unidade, nos termos da Lei 9.069, art. 1º, § 2º, de 29 de junho de 1995.

5.1.6. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos



pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título, devendo o serviço ser fornecido sem ônus adicionais.

5.1.7. SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA LICITANTE, A PROPOSTA DEVERÁ ESTAR ASSINADA PELO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA OU PELO PROCURADOR.

VI. DO ENVELOPE N.º 02 - “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. A licitante deverá apresentar dentro do ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO, a seguinte documentação, encaminhada através de Carta de Apresentação de Documentação, **ANEXO III**:

6.2. REGULARIDADE FISCAL

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do Ministério da Fazenda (www.receita.fazenda.gov.br);

b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal através de Certidão Conjunta de débitos relativos aos tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, da unidade da federação onde a empresa licitante tem a sua sede (www.pgfn.fazenda.gov.br);

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, através de Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda ou equivalente da unidade da federação onde a licitante tem sua sede (www.sefaz.go.gov.br);

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através de Certidão expedida no Município equivalente onde a licitante tem sua sede;

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do Município de Caldas Novas - GO, através de Certidão expedida pela Secretaria de Finanças (www.caldasnovas.go.gov.br);

f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (www.caixa.gov.br), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

g) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, através da CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTA, expedida Tribunal Superior do Trabalho (www.tsj.jus.br), Conselho Superior da Justiça do Trabalho (www.cstj.jus.br).

6.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data designada para a apresentação dos documentos, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

b) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social vigente, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base à variação ocorridos no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou de outro indicador que o venha substituir.



b.1) As empresas recém-constituídas e que não tenham promovido a apuração dos primeiros resultados, poderão participar do certame apresentando o seu Balanço de Abertura que demonstre sua situação econômico-financeira, devidamente registrado.

b.2) NO CASO DE MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NÃO SERÁ EXIGIDO O BALANÇO PATRIMONIAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL CONFORME A INSTRUÇÃO NORMATIVA IN N.º 008/2016 DO TCM/GO.

c) As licitantes interessadas em concorrer a esta licitação poderão comprovar possuir capital social ou patrimônio líquido mínimo de 2% (dois por cento) do total estimado, ou seja, **o capital social ou patrimônio líquido não poderá ser inferior a 2% (dois por cento) do total da proposta apresentada.**

d) A comprovação de boa situação financeira poderá ser avaliada através de no mínimo um dos seguintes índices contábeis, o qual deverá ser maior ou igual a 1:

- ILC: Índice de Liquidez Corrente ou,
- ILG: Índice de Liquidez Geral ou,
- GS: Grau de Solvência

$\frac{ILC}{=}$	$\frac{AC}{PC}$	\equiv	$\frac{Ativo\ Circulante}{Passivo\ Circulante}$
$\frac{ILG}{=}$	$\frac{AC + RLP}{PC + ELP}$	\equiv	$\frac{Ativo\ Circulante + Realizável\ a\ Longo\ Prazo}{Passivo\ Circulante + Exigível\ a\ Longo\ Prazo}$
$\frac{GS}{=}$	$\frac{AT}{PC + ELP}$	\equiv	$\frac{Ativo\ Total}{Passivo\ Circulante + Exigível\ a\ Longo\ Prazo}$

6.4. OUTRAS COMPROVAÇÕES:

6.4.1. Declaração de que a Licitante atende ao requisito do Inciso XXXIII, do Artigo 7º da Constituição Federal, modelo do **ANEXO V**;

6.4.2. Declaração de que a licitante não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, modelo do **ANEXO VIII**.

6.4.3. Declaração de Servidor Público, modelo do **ANEXO IX**.

6.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.5.1. Apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica, que comprove já ter fornecido os produtos constantes do objeto desta licitação, bem como se foram cumpridos os prazos estabelecidos e o grau de satisfação. Tal atestado deverá ser fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado, assinado e datado.

VII. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

7.1. Decairá do direito de solicitar esclarecimento ou providência e de impugnar o Edital, aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura da sessão do Pregão. Cabendo a Pregoeira decidir sobre a petição.

7.2. NO ATO DE AUTUAÇÃO DA IMPUGNAÇÃO É OBRIGATÓRIA A APRESENTAÇÃO DE CPF OU RG EM SE TRATANDO DE PESSOA FÍSICA OU EM SE TRATANDO DE PESSOA



JURÍDICA, APRESENTAR CNPJ, JUNTAMENTE COM A PROCURAÇÃO PÚBLICA OU PARTICULAR PARA TAL INVESTIDURA, (SE FOR O CASO), ACOMPANHADA DE DOCUMENTOS PESSOAIS DO OUTORGANTE E OUTORGADO DA IMPUGNAÇÃO.

7.3. Acolhida à petição contra o Edital, será designada nova data para a realização do Certame.

7.4. QUESTÕES TÉCNICAS E JURÍDICAS DEVERÃO SER FORMULADAS POR ESCRITO, PROTOCOLADAS NO PROTOCOLO GERAL SITUADO NO POUPA TEMPO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS NOVAS E DIRIGIDAS A PREGOEIRA DO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS NOVAS – GO.

VIII. DA SESSÃO DO PREGÃO

8.1. A pregoeira declarará aberta a sessão iniciando-se a fase de credenciamento, conforme Item 3 deste.

8.2. Estando de posse da relação das Licitantes credenciadas, a Pregoeira fará divulgação verbal dos interessados, sendo que, as Proponentes credenciadas poderão ofertar lances durante a sessão do pregão, dando-se início ao recebimento dos envelopes “Proposta de Preços” e “Documentos de Habilitação”.

8.3. Abertos os envelopes contendo as propostas de preços, serão feitas as suas conferências, análise de suas conformidades com as exigências do Edital e posterior rubrica pela Pregoeira, Equipe de Apoio e Licitantes.

8.4. Cumprido o Item 5.1, serão desclassificadas as propostas que:

a) Forem elaboradas em desacordo com as exigências do Edital e seus Anexos;

b) Apresentarem preços totais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, excessivos ou manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ser demonstrada sua viabilidade através de documentação comprovando que os custos são coerentes com os de mercado;

c) Apresentarem proposta alternativa, tendo como opção de preço ou marca, ou oferta de vantagem baseada na proposta das demais Licitantes.

8.5. Para fins de classificação das propostas, será considerado o preço por ITEM.

8.6. A Pregoeira procederá à classificação da proposta de menor preço por item, e aquelas que tenham valores sucessivos e superiores em até 10 % (dez por cento), relativamente à de menor preço por item, para participarem dos lances verbais.

8.7. Caso não haja pelo menos três propostas nas condições definidas no item 8.6, serão classificadas as propostas subsequentes que apresentarem os menores preços, até o máximo de três, já incluída a de menor preço, qualquer que tenham sido os valores oferecidos.

8.8. Na ocorrência de empate dentre as classificadas para participarem dos lances verbais conforme item 8.7. Entre empresas que não se enquadram na Lei Complementar N.º 123/2006, a ordem para esses lances será definida através de sorteio. Às Licitantes proclamadas classificadas, será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, em relação à de menor preço, iniciando-se pelo autor da proposta de maior valor.



8.9. A cada nova rodada será efetivada a classificação momentânea das propostas, o que definirá a sequência dos lances seguintes.

8.10. O lance sempre deverá ser inferior ao anterior ou da proposta de menor preço.

8.11. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela Pregoeira, implicará a exclusão da Licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

8.12. A Pregoeira poderá negociar com a Licitante excluída da participação dos lances verbais, na forma do item 8.11, caso a Proponente vencedora seja inabilitada, observada a ordem de classificação.

8.13. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades cabíveis.

8.14. Caso não se realize lances verbais, serão verificados a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, hipótese em que a Pregoeira poderá negociar diretamente com a Proponente para que seja obtido melhor preço.

8.15. Após este ato, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço.

8.16. A Pregoeira examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor apresentado pela primeira classificada, conforme definido neste Edital e seus Anexos, decidindo motivadamente a respeito.

a) – Em cumprimento ao disposto na Lei Complementar N.º 123/2006, como **critério de desempate**, será assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

b) – Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

c) – Ocorrendo o empate a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

d) – Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea c, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese da alínea c, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

e) – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido na alínea “b”, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

f) – Na hipótese da não-contratação nos termos previstos nas alíneas anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

g) – O disposto nas alíneas anteriores somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.



8.17. Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias pela Licitante que a tiver formulado.

8.18. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a Proponente vencedora sendo-lhe adjudicado o objeto deste Edital pela Pregoeira.

8.19. Se a Proponente não atender às exigências habilitatórias, a pregoeira negociará diretamente com a Licitante melhor classificada e, se a oferta for aceitável, examinará o seu envelope "Documentos de Habilitação", sendo declarada vencedora e a ela será adjudicado o objeto deste Pregão.

8.20. Na ocorrência do disposto no item 8.17, a Pregoeira poderá negociar diretamente com a Proponente para obtenção de melhor preço.

8.21. Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pela Pregoeira, Licitantes Credenciados presentes e membros da Equipe de Apoio. Os envelopes das demais Proponentes, caso não haja recurso, serão devolvidos no final da sessão.

8.22. A Licitante vencedora, no tempo fixado pela pregoeira, deverá apresentar nova Proposta contendo o preço por item, obtido através da negociação efetuada na fase de lances.

IX. DOS RECURSOS

9.1. Declarada à vencedora, qualquer Licitante, desde que motivadamente e ao final da sessão, poderá manifestar imediatamente a intenção de recorrer, que será registrada resumidamente em ata, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais Licitantes desde logo intimadas para apresentar as contrarrazões, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos. A falta de manifestação importará a decadência do direito de recurso.

9.2. O recurso contra a decisão da Pregoeira terá efeito suspensivo, iniciando-se com a manifestação motivada do recorrente de sua intenção, devendo ocorrer imediatamente após a declaração do vencedor do certame, podendo ser formulado verbalmente na sessão ou por escrito, neste caso, deverá ser protocolizado e dirigido ao Senhor Gestor, por intermédio da Pregoeira, que prestará as informações, cabendo o Senhor Gestor julgá-lo.

9.3. O acolhimento do recurso pela Pregoeira ou pela Autoridade Superior importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.4. Decidido(s) o(s) recurso(s) e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto à Licitante vencedora.

9.5. A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados, através de comunicação por escrito.

X. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DA ETAPA DE LANCES

10.1. Os procedimentos deste PREGÃO PRESENCIAL serão conduzidos pela Pregoeira, seguindo a legislação vigente e as fases apontadas no item I deste edital.



10.2. Instalada a sessão pública do pregão, com a conferência dos documentos de credenciamento dos representantes das empresas interessadas, serão recebidos os envelopes N.º 01 – PROPOSTA DE PREÇOS e os envelopes N.º 02 – DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO, pela Pregoeira.

10.2.1. Verificada a regularidade formal dos envelopes, a Pregoeira procederá à abertura dos envelopes das propostas de preços, que serão rubricadas e analisadas pela Pregoeira e Equipe de Apoio. Em seguida, será dada vista das propostas aos representantes das licitantes, que poderão rubricá-las, devolvendo-se a Pregoeira.

10.2.2. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do edital e as especificações contidas na Planilha-Proposta.

10.3. Após a conferência das propostas, a Pregoeira passará ao julgamento das mesmas, observando-se que o critério a ser adotado é o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, para o objeto deste certame.

10.4. Serão convocadas pela Pregoeira, para oferecerem novos lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes:

a) A licitante que apresentar a proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**; e

b) As licitantes que tenham apresentado **propostas** com valores de até 10% (dez por cento) superior àquela.

10.4.1. Não havendo, pelo menos, 3 (três) propostas nas condições definidas no subitem anterior, serão selecionadas as melhores propostas, até o máximo de três (inclusa a de menor preço unitário), e as respectivas licitantes poderão oferecer novos lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, quaisquer que sejam os preços inicialmente ofertados.

10.5. A licitante que, quando convocada pela Pregoeira, desistir de apresentar lance verbal, será excluída da etapa de lances.

10.5.1. Não será admitida a desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes no Edital.

10.6. Definida a classificação provisória por preço unitário, será registrada na ata da sessão pública o resumo das ocorrências até então havidas, consignando-se o rol de empresas participantes; preços ofertados; propostas eventualmente desclassificadas e a fundamentação para sua desclassificação, e a ordem de classificação provisória.

10.7. Ocorrendo empate nas condições propostas entre as classificadas para participarem dos lances verbais, a ordem destes lances será definida através de sorteio, a ser realizado na mesma sessão pública.

10.8. A Pregoeira abrirá a oportunidade para oferecimento de sucessivos lances verbais, por **PREÇO POR ITEM**, aos representantes das licitantes cujas propostas estejam compreendidas no intervalo definido no subitem 10.4.

10.8.1. Não poderá haver desistência de lances ofertados, sujeitando-se o desistente às penalidades previstas neste edital.



10.9. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, a Pregoeira examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao valor e ao objeto, decidindo motivadamente a respeito, podendo negociar com a licitante a obtenção de melhor PREÇO POR ITEM.

10.9.1. Ocorrendo a hipótese da impossibilidade de se realizar lances verbais, a Pregoeira verificará a conformidade entre a proposta escrita de menor PREÇO POR ITEM e o valor estimado para a contratação, sendo-lhe facultado, após a análise sobre a aceitabilidade do preço ofertado, negociar com a licitante a obtenção de melhor preço.

10.10. Se houver empate, será assegurado o exercício do direito de preferência às microempresas e empresas de pequeno porte, nos seguintes termos:

10.10.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

10.10.2. A microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da fase de lances, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta.

10.10.2.1. Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, a contar da convocação da Pregoeira, sob pena de preclusão.

10.10.2.2. Se houver equivalência dos valores das propostas apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 10.10.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta.

10.10.2.3. Entende-se por equivalência dos valores das propostas as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação.

10.10.3. O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada pela própria microempresa ou empresa de pequeno porte.

10.10.4. Não ocorrendo à contratação de microempresa ou empresa de pequeno porte, retomar-se-ão em sessão pública, os procedimentos relativos à licitação, nos termos do quanto disposto no Artigo 4º, Inciso XXIII da Lei Federal N.º 10.520/02, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte.

10.10.5. Na hipótese da não contratação da microempresa e empresa de pequeno porte, e não configurada a hipótese prevista no subitem 10.10.4, será declarada a melhor oferta aquela proposta originalmente vencedora na fase de lances.

10.11. As Licitantes que desejarem obter os benefícios de preferência concedidos pelas Leis 123/06 deverão declarar, sob as penas da Lei, de que cumprem com os requisitos legais para a qualificação como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, estando apto a usufruir do tratamento diferenciado e estabelecido, nos termos dos artigos 43 a 49, da Lei Complementar 123, de 14 de Dezembro de 2006.

10.12. Sendo aceitável a melhor proposta apresentada, será verificado o atendimento das condições habilitatórias da respectiva licitante.



10.13. Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante não atender as exigências deste Edital, a Pregoeira examinará as propostas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta válida, podendo, inclusive, negociar diretamente com a respectiva licitante, a obtenção de melhor preço, passando à fase prevista no subitem 10.10.

10.14. A Pregoeira poderá, a qualquer momento, no curso do julgamento das propostas e da etapa de lances, negociar diretamente com a licitante vencedora, a obtenção de preço melhor.

10.15. Verificando-se no curso da análise, o descumprimento de qualquer requisito estabelecido neste Edital e seus Anexos, a proposta será desclassificada.

XI. DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas com a presente licitação terão seus custos cobertos com os recursos provenientes da Lei Orçamentária para o exercício 2020, assim classificada:

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO	18.1801.15.122.7001.8014 – 339039/339030(171) Gestão da SMT
---	--

XII. DAS OBRIGAÇÕES

12.1. A adjudicatária se obriga, nos termos deste Edital, a:

a) Após a homologação da licitação, comparecer para assinatura do Contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias, contados do recebimento da convocação formal, conforme o caso;

b) Entregar os materiais, no local relacionado e nas quantidades solicitadas pelo Setor responsável;

c) O licitante vencedor fica obrigado a aceitar nas mesmo condições de fornecimento, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco) por cento do valor total da adjudicação;

d) Se a licitante vencedora, injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da nota de empenho, a sessão será retomada e, os demais licitantes serão chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que a pregoeira examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sujeitando-se o desistente às penalidades constantes neste edital;

e) Ocorrendo à hipótese prevista na letra anterior, a sessão do Pregão será retomada.

XIII. DA HOMOLOGAÇÃO

13.1. Após a adjudicação do objeto da licitação pela Pregoeira, e a vista do relatório de julgamento, o Gestor de Caldas Novas efetivará juízo de conveniência acerca dos procedimentos licitatórios, podendo homologar o certame, ou se for o caso, mediante decisão fundamentada poderá revogar a licitação;

13.2. A decisão da autoridade competente será afixada em mural da sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Caldas Novas;

13.3. A recusa injustificada do adjudicatário em entregar o objeto no prazo estipulado pela ADMINISTRAÇÃO caracteriza descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às



penalidades previstas em lei, exceção feita aos licitantes remanescentes que se negarem a aceitar a contratação.

XIV. DO CONTRATO E DAS PENALIDADES

14.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. da Lei 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais.

14.2. O atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará à adjudicatária a multa de mora, no valor de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia sobre o valor da Nota de Empenho, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do contrato, sem prejuízo das demais sanções. A multa será descontada dos pagamentos, ou ainda, se for o caso, cobrado judicialmente.

14.3. A Administração poderá, garantida prévia defesa, aplicar à proponente vencedora as seguintes sanções:

a) Advertência pelo atraso injustificado no fornecimento dos materiais;

b) Multa na forma prevista no item 14.2;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimentos de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos, pela inexecução parcial da entrega;

d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública pelo tempo que perdurar os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação da contratada e depois de ressarcido os prejuízos resultantes, para a Administração pela inexecução total da entrega;

e) A sanção prevista na alínea "d" é de competência exclusiva da Administração, depois de facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.

XV. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Será firmada Ata de Registro de Preços com a vencedora de cada item que terá suas cláusulas e condições reguladas pela legislação referida neste Edital.

XVI. ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. A classificada em primeiro lugar de cada item será convocada para, assinar a Ata de Registro de Preços.

16.2. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada por representante legal, procurador, diretor ou sócio da EMPRESA, devidamente acompanhado, respectivamente, de procuração ou Contrato social e cédula de identidade.



16.3. Na hipótese de não atendimento à convocação, para assinatura da Ata de Registro de Preços ou havendo recusa em fazê-lo, fica facultado à Administração, desde que haja conveniência, proceder ao chamamento das demais licitantes, observada a ordem de classificação das propostas.

16.4. No ato da assinatura do Termo de Ata, o contratado se obriga a assinar o Termo de Ciência e Notificação, que o presente estará sujeito a remessa ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás, caso o valor da ordem de fornecimento, ultrapasse o limite estabelecido na **Alínea “C” do Inciso II do Artigo 23 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.**

XVII. VALIDADE DO TERMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. O Termo de Ata a ser firmado entre a Administração e o(s) licitante(s) vencedor(es) do certame terão validade de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

17.2. A ADMINISTRAÇÃO não se obriga a contratar exclusivamente pelo Registro de Preços, podendo cancelá-lo, ou promover licitação específica, quando julgar conveniente, nos termos da legislação pertinente, sem que caiba recurso por parte da EMPRESA detentora.

XVIII. DA VARIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

18.1. Os preços da Ata de Registro de Preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 12 (doze) meses, salvo quando houver disciplinamento diverso oriundo de legislação federal que enseje o desequilíbrio econômico-financeiro do compromisso firmado entre as partes, observado, nestes casos, o disposto no artigo 65, da Lei Nº. 8.666/93.

18.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos objetos registrados, cabendo a Administração promover as necessárias negociações junto ao fornecedor dos objetos.

18.2.1. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração convocará o fornecedor para negociação visando à redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado.

18.2.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, podendo nesse momento a Administração convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

18.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Administração liberará o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento dos objetos.

18.4. Não havendo êxito nas negociações, a Administração deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

18.5. Serão formalizadas tantas atas de registro de preços quanto necessárias para registro de todos os itens constantes no termo da referência, com a indicação da licitante vencedora, a descrição dos itens, as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.



18.6 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

XIX. AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DA ATA E EMISSÃO DO EMPENHO

19.1. Poderão fazer uso desta Ata todas as Unidades da Administração Direta da PREFEITURA, sendo as requisições efetuadas pelas respectivas Secretarias e enviadas à respectiva unidade compradoras, que darão o devido prosseguimento.

XX. DOS PREÇOS

20.1. Os preços unitários que vigorarão na Ata de Registro de Preços, serão os propostos pela licitante(s) vencedora(s) classificada(s) em primeiro lugar por item.

20.2. Os preços unitários referidos no item 20.1 acima constituirão, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo fornecimento dos materiais objeto desta licitação, frete incluído, postos nos locais designados pela Unidade Requisitante.

20.3. Se, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, for constatado que os preços registrados estão superiores aos de mercado, caberá à Administração proceder à revisão dos mesmos ou instaurar novo procedimento licitatório, caso em que, obtendo preços inferiores, procederá a rescisão da Ata anterior.

XXI. DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO E DA AMOSTRA

21.1. A Entrega dos produtos deverá ser feita parcial ou fracionada, de acordo com a solicitação expedida pelo Departamento de Compra em 60 (sessenta) dias úteis;

21.2. Só serão recebidos os produtos que estejam de acordo com as normas técnicas aprovadas pelo INMETRO, conforme cada solicitação, devendo ser observada a quantidade e especificação de cada item;

21.3. Todos os **Uniformes** deverão estar em conformidade com o que determina o Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho, INMETRO, e outros órgãos que regulam a produção e comercialização;

21.4. Não será aceito produtos apresente coloração irregular, rasgados, costura malfeita, ou qualquer outro tipo de violação imperfeição na qualidade do tecido, aviamentos e confecção dos uniformes, que venha interferir na qualidade do produto;

21.5. Não será aceito produtos que estejam, vencidos ou com data próximo do vencimento;

21.6. Não será aceito produtos que esteja danificado, que apresente qualquer grau de impureza;

21.7. Não será aceito mercadorias que não atenda às suas especificações determinadas na licitação, marca, composição etc.;

21.8. Não será aceito mercadorias que não esteja em conformidade com normas técnicas que regulam o setor de produção e comercialização;



21.9. Só serão recebidos os produtos que estejam de acordo com todas as condições estabelecidas neste termo de referência;

21.10. A entrega deverá ser efetuada na **Superintendência Municipal de Trânsito**, nos dias úteis (segunda a sexta feira) das 08h00min às 17h00min. O responsável pelo recebimento dos EPIs, será o senhor Leonardo Marinho de Melo.

21.11 – AMOSTRAS

21.11.1 Apresentação das amostras não personalizadas, será exclusivamente feita pela licitante vencedora em até 30 (trinta) dias da data em que for declarada vencedora;

21.11.2 O critério de julgamento das amostras será exclusivamente a verificação da conformidade do produto apresentado com estabelecido na descrição contida no Termo de Referência.

XXII. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

22.1. A entrega dos objetos desta licitação deverá ser efetuada conforme solicitação, de acordo com a programação da secretaria/departamento solicitante, mediante pedido expresso ou por contato telefônico do setor de compras do município.

22.2. Os objetos deverão ser recebidos definitivamente, após a aferição da qualidade, quantidade e consequente aceitação.

22.3 A presença da Fiscalização, não elidem nem diminui a responsabilidade da empresa CONTRATADA.

22.4. Caberá ao servidor designado rejeitar totalmente ou em parte, qualquer produto que não esteja de acordo com as exigências contidas neste edital.

XXIII. DO PAGAMENTO

23.1. A CONTRATADA apresentará nota Fiscal/Fatura, para o ato de abertura, liquidação e pagamento, pela SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO de Caldas Novas, devendo ser entregues junto com os produtos correspondendo exatamente às especificações e quantidades que o processo licitatório demonstrou em sua minuta contratual.

23.2. As faturas serão pagas até 30 (trinta) dias, contados, imediatamente após a data de protocolização das faturas. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes de paga ou relevada multa que lhe tenha sido aplicada.

23.3. Todas as despesas decorrentes do objeto ora contratadas serão inteiramente por conta da empresa CONTRATADA.

23.4. O pagamento será efetuado conforme combinado no ato da compra.

XXIV. CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

24.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito:

24.1.1. Pela Administração, quando:



a) A CONTRATADA não cumprir as obrigações da Ata de Registro de Preços.

b) A CONTRATADA não formalizar Termo de Ata decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa.

c) A CONTRATADA der causa a rescisão administrativa do Termo de Ata decorrente do Registro de Preços.

d) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do Termo de Ata decorrente do Registro de Preços.

e) Os preços registrados se apresentam superiores aos praticados pelo mercado.

f) Por razões de interesse público, devidamente justificadas pela Administração.

24.1.2. Pela CONTRATADA quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços.

24.2. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item 24.1.2 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante nos autos que deram origem ao Registro de Preços.

24.3. Nos casos de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da CONTRATADA, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado de Goiás, considerando-se cancelado o preço registrado a partir desta publicação.

24.4. A solicitação da EMPRESA para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

XXV. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. É facultado a Pregoeira ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

25.2. Fica assegurado ao Gestor Municipal, mediante justificativa motivada, o direito de, a qualquer tempo e no interesse da Administração, anular a presente licitação ou revogar no todo ou em parte.

25.3. Os Proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

25.4. Após a finalização da fase de lances, não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira.

25.5. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto ora licitado, sem expressa anuência do Município Contratante.

25.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura de Caldas Novas.



25.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta:

25.7.1. Exigências formais não essenciais são aquelas cujo descumprimento não acarrete irregularidade no procedimento, em termos de processualização, bem como, não importem em vantagem a um ou mais Licitantes em detrimento dos demais.

25.8. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato ou instrumento equivalente.

25.9. A Administração poderá, até a assinatura do Contrato de Fornecimento, inabilitar licitante, por despacho fundamentado, sem direito à indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se vier a ter conhecimento de fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação que desabone a habilitação jurídica, as qualificações técnica e econômico-financeira e a regularidade fiscal da Licitante. Neste caso, a pregoeira convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, restabelecendo a sessão para negociar diretamente com a Proponente melhor classificada e posterior abertura do seu envelope "Documentos de Habilitação", sendo declarada vencedora e a ela será adjudicado o objeto deste Pregão, podendo apresentar o(s) documento(s) que vencer(em) seu prazo de validade após o julgamento da licitação.

25.10. É de responsabilidade da Licitante o acompanhamento do processo na Comissão Permanente de Licitações desta Prefeitura no endereço anteriormente mencionado até a data da realização da sessão pública de abertura dos envelopes "Proposta de Preços" e "Documentos de Habilitação".

25.11. A ausência do representante da empresa em qualquer fase do Pregão implica aceitação dos fatos que ocorrerem durante sua ausência.

25.12. UMA EMPRESA NÃO PODE SER REPRESENTADA POR MAIS DE UMA PESSOA E UMA PESSOA NÃO PODE REPRESENTAR MAIS DE UMA EMPRESA.

25.13. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos deverá ser encaminhado, por escrito, a pregoeira, no endereço da sede da Prefeitura ou pelo telefone (64) 3454 – 3549, das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00minh, de segunda a sexta-feira, em dias de expediente na Comissão Permanente de Licitações desta Prefeitura, até 02 (dois) dias útil imediatamente anterior à data de julgamento dessa licitação.

25.15. Para dirimir as questões relativas ao presente Edital, elege-se como foro competente o de Caldas Novas - Goiás, com exclusão de qualquer outro.

Caldas Novas – GO, aos 12 de Fevereiro de 2020

LEONARDO MARINHO DE MELO
SUPERINTENDENTE MUNICIPAL DE TRÂNSITO



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETIVOS

A presente licitação tem por objeto **Registro de Preços** para eventual e futura Contratação de Empresa especializada para o fornecimento de uniformes personalizados confeccionados **sob medida** para uso dos servidores das áreas Administrativas e Operacionais, incluindo os Agentes de Trânsito desta Superintendência Municipal de Trânsito – SMT, conforme especificações constantes a este Termo de Referência para o exercício do ano 2020.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 - O uso do uniforme é uma tendência mundial, além de evitar uma competição de poder econômico (roupas de grife), é sinônimo de praticidade, conforto, segurança e também como meio de divulgação da imagem da entidade.

2.2 - Os uniformes a serem solicitados (cores, quantidades e tamanhos), devem ser empregados conforme função específica de cada setor e necessidades das execuções de serviços diversos.

2.3 - AGENTES DE TRÂNSITO:

A Superintendência Municipal de Trânsito - SMT, no desempenho de suas competências institucionais, realiza extensas ações de policiamento e fiscalização de trânsito ligadas à segurança das vias urbanas de Caldas Novas. Nesse contexto, importa divisar, que no exercício desse papel institucional, surge a necessidade de empregar adequadamente aos Agentes de Trânsito na prestação dos serviços públicos que lhes são atribuídos, motivo pelo qual a caracterização uniformizada e personalização do profissional mostram-se de fundamental importância para a correta identificação e qualificação das atividades desenvolvidas à população de Caldas Novas, pois, o uso deste, além dos aspectos de padronização e identificação perante a sociedade, se mostra indispensável também aos serviços prestados pelos Agentes de Trânsito em situações extremas, por prover suas necessidades básicas de segurança e conforto tanto em situações de baixa luminosidade, frio intenso e chuva. Por trabalharem diretamente na rua, a ausência do referido item implica no comprometimento da segurança dos Agentes de Trânsito, até mesmo colocando a vida dos mesmos em risco devido ao fato de poderem ser atropelados quando no exercício das atividades operacionais no trânsito.

2.4 - OPERACIONAL

Trata-se de uniforme profissional de categoria própria, com características particulares, ampliando os valores institucionais, de forma que possa atender todo o efetivo, em contato direto com a população.

Uma equipe uniformizada transmite para a comunidade confiabilidade e que justificam o uso do uniforme para evitar problemas causados pela perda de referência no que se refere ao modo de vestir no ambiente de trabalho.

Os uniformes são destinados aos servidores dos serviços de pintura viária, servidores do sistema semaforico e motoristas. Inicialmente serão distribuídos dois kits completos de uniformes (camisa, calça, boné legionário, bota e materiais de EPI), devido os serviços executados por estes departamentos provocam desgastes em uniformes (desgaste natural, rasgados, produtos químicos e outros).



2.5 - ADMINISTRATIVO

O uso de uniforme por servidores da Administração da Superintendência Municipal de Trânsito – SMT faz-se necessário pela organização, asseio, segurança, confiança, que destaca, distingue e identifica o servidor público proporcionando ao usuário segurança subjetiva.

3. ESPECIFICAÇÃO DO FORNECIMENTO A SER REALIZADO

O fornecimento dos produtos objeto da presente licitação, se dará na forma de confecção de **uniformes sob medida**, nos termos previsto neste Anexo.

3.1 – AMOSTRAS

3.1.1 Apresentação das amostras não personalizadas, será exclusivamente feita pela licitante vencedora em até 30 (trinta) dias da data em que for declarada vencedora;

3.1.2 O critério de julgamento das amostras será exclusivamente a verificação da conformidade do produto apresentado com estabelecido na descrição contida no Termo de Referência.

QUANTIDADE TOTAL E DESCRIÇÃO – AGENTE DE TRÂNSITO

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QUANT.
01	<p>CAMISA (FARDA) MASCULINA PROTEÇÃO UV FATOR 50 - AGENTE DE TRÂNSITO, MANGA LONGA: confeccionado sob medida;</p> <p>1 – TECIDO PRETO: Tecido de estampa de cor PRETO fechado, construção tela de rip stop, padrão 101, código 0480, artigo TECHNO RIP STOP padrão SANTISTA ou similar, dispondo do seguinte: tratamento com FPS (Fator de proteção sola 50+) e tratamento ANTIMICROBIAL, com características de “bacteriostático” e “fungistático”; composição com 70% poliéster e 30% algodão; peso de 210 g/m2 (com variação de até 1g/m2, para mais ou para menos); capacidade de encolhimento não superior a 1%. As características do tecido deverão ser pelo menos: fios por cm = 38,76; batidas por cm = 21,10; ligamento = Tela Rip Stop; resistência à tração (trama) = 28,00kgf; resistência a tração (urdume) = 57,00kgf; resistência ao rasgo (trama) = 3,20 kgf; resistência ao rasgo (urdume) = 3,20 kgf; dimensões internas do efeito quadriculado (trama) = 5mm; dimensões internas do efeito quadriculado (urdume) = 6mm. TECIDO ECOLOGICAMENTE CORRETO.</p> <p>2 – TECIDO VERDE FLORESCENTE: Tecido de estampa de cor VERDE FLORESCENTE fechado, construção tela, padrão 164/165, código 0406, artigo SITEL FILL padrão SANTISTA ou similar, dispondo do seguinte: Acabamento ANTIODOR; tratamento com FPS (fator de proteção solar 50+); tratamento ANTIMICROBIAL, com características de “bacteriostático” e “fungistático”; composição com 83% poliéster e 17% algodão; peso de 160g/m2 (com variação de até 1g/m2, (para mais ou para menos); capacidade de encolhimento não superior a 1%. As características do tecido deverão ser pelo menos: fio por cm = 38,76; batidas por cm = 21,10; ligamento = Tela Ri Stop; resistência à tração (trama) = 28,00kgf; resistência à tração (urdume) = 57,00kgf; resistência ao rasgo. Passa fácil. TECIDO ECOLOGICAMENTE CORRETO. Gola dupla entrelaçada, conforme talha da camisa, esporte pespontado, 1 botão e 1 caseado sentido horizontal no pé da gola. Mangas longas com punhos na cor PRETA entretelados fechados, com 2 caseados e 2 botões com bainhas fixas, com reforço de tecido duplo com espuma 0,3 mm de espessura. Abertura frontal com tarja e fechamento através de 6 botões e 6 caseados no sentido vertical, começando 5 cm</p>	120



abaixo do botão do colarinho e terminando cerca de 10 cm acima da cintura e com intervalo aproximado de 10 cm, fechando com bainha externa reforçada dupla de 3,5 cm, 01 botão adicional reserva costurado na parte interna inferior do fechamento, 2(dois) bolsos chapados com pregas macho ao centro, cantos chanfrados e portinholas com cantos chanfrados e fechamento através de botão e caseado sentido horizontal, com dimensões de 12 cm de largura por 13 de altura para os tamanhos 1, 2 e 3; e 13x14 cm para os tamanhos 4, 5 e 6; portinholas de 12,5 cm de largura por 6 cm de altura e 13,5 cm x 6,5 cm respectivamente; para bolso esquerdo deverá ter uma abertura de 3 cm para colocação de caneta na extremidade superior direita. Costas com pala em tecido duplo com costura tipo metalacê com espuma em diagonal e 2 pregas laterais. **Deverá conter uma faixa refletiva acima da costura dos bolsos e da tarjeta identificação, medindo 2,5 cm de altura em toda extensão do tronco, na cor prata e um faixa refletiva nas duas mangas, altura aproximadamente 8 cm abaixo do bordado das bandeiras, medindo 2,5 cm de altura, na cor prata.**

Costuras: Costuras interlock bitola média ou larga para o fechamento das ilhargas, ombros e colocação das mangas; Costuras ponto fixo 2 agulhas paralelas para fixação da gola, vista, tarjas, platinas, penses, bainhas das mangas, carcelas, para pespontar, pregas dos bolsos, portilhas e barra, Travestres para reforçar os cantos dos bolsos, abertura para colocação de caneta e extremidades do interlock de fechamento das ilhargas e mangas. Overloque nas partes desfiantes do tecido, pontos por cm: 3,5 a 4,0 em todas as costuras e overloque.

Aviamentos: Linha poliéster/algodão ou puro poliéster nº 80 (oitenta) nas operações de fechamento, pespontos, gola, caseado pregar botões; Linha poliéster/algodão ou puro poliéster nº 120 (cento e vinte) no overloque e demais operações de costuras; Entretela do colarinho e mangas pré encolhida; Os botões deverão ser na cor preto fosco com 04 furos tamanho 20 (vinte); Etiquetas de Confecção, Identificação e de Tamanho da Peça; Espuma de 0,3 mm de espessura.

Bordados Eletrônicos:

MANGA ESQUERDA: a aproximadamente 8 cm da costura superior, figura da Bandeira do Município de CALDAS NOVAS, medindo 7,5cm de comprimento e 5,5cm de altura. **MANGA DIREITA:** a aproximadamente 8 cm da costura superior, a figura da Bandeira do Brasil, medindo 7,5 cm de comprimento e 5,5 cm de altura. **PEITO ESQUERDO:** localização acima do bolso, Brasão "FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO". **PEITO DIREITO:** logo acima da costura do bolso possuir velcro fêmea para fixação de tarjeta de identificação, medindo 09 cm de comprimento e 2,5 cm de altura; velcro macho contendo a descrição do Agente de Trânsito, Nome, bordado na cor amarelo, Tipo sanguíneo e fator RH, bordado na cor amarelo, medindo 10 cm de comprimento e 2,5cm de altura. Deverá conter nas COSTAS o dizer "AGENTE DE TRÂNSITO", bordado na cor branca, fonte Arial Black, com letras medindo aproximadamente 3,9 cm de altura por 24,8 cm.



02 CAMISA (FARDA) MASCULINA PROTEÇÃO UV FATOR 50 - AGENTE DE TRÂNSITO, MANGA CURTA: confeccionado sob medida;

120

1 – TECIDO PRETO: Tecido de estampa de cor PRETO fechado, construção tela de rip stop, padrão 101, código 0480, artigo **TECHNO RIP STOP** padrão SANTISTA ou similar, dispendo do seguinte: tratamento com FPS (Fator de proteção sola 50+) e tratamento **ANTIMICROBIAL**, com características de “bacteriostático” e “fungistático”; composição com 70% poliéster e 30% algodão; peso de 210 g/m2 (com variação de até 1g/m2, para mais ou para menos); capacidade de encolhimento não superior a 1%. As características do tecido deverão ser pelo menos: fios por cm = 38,76; batidas por cm = 21,10; ligamento = Tela Rip Stop; resistência à tração (trama) = 28,00kgf; resistência a tração (urdume) = 57,00kgf; resistência ao rasgo (trama) = 3,20 kgf; resistência ao rasgo (urdume) = 3,20 kgf; dimensões internas do efeito quadriculado (trama) = 5mm; dimensões internas do efeito quadriculado (urdume) = 6mm. **TECIDO ECOLOGICAMENTE CORRETO.**

2 – TECIDO VERDE FLORESCENTE: Tecido de estampa de cor VERDE FLORESCENTE fechado, construção tela, padrão 164/165, código 0406, artigo **SITEL FILL** padrão SANTISTA ou similar, dispendo do seguinte: Acabamento **ANTIODOR**;



tratamento com FPS (fator de proteção solar 50+); tratamento ANTIMICROBIAL, com características de “bacteriostático” e “fungistático”; composição com 83% poliéster e 17% algodão; peso de 160g/m² (com variação de até 1g/m², (para mais ou para menos); capacidade de encolhimento não superior a 1%. As características do tecido deverão ser pelo menos: fio por cm = 38,76; batidas por cm = 21,10; ligamento = Tela Ri Stop; resistência à tração (trama) = 28,00kgf; resistência à tração (urdume) = 57,00kgf; resistência ao rasgo. Passa fácil. **TECIDO ECOLOGICAMENTE CORRETO.** Gola dupla entrelaçada, conforme talha da camisa, esporte pespontado, 1 botão e 1 caseado sentido horizontal no pé da gola. Mangas curtas Abertura frontal com tarja e fechamento através de 6 botões e 6 caseados no sentido vertical, começando 5 cm abaixo do botão do colarinho e terminando cerca de 10 cm acima da cintura e com intervalo aproximado de 10 cm, fechando com bainha externa reforçada dupla de 3,5 cm, 01 botão adicional reserva costurado na parte interna inferior do fechamento, 2(dois) bolsos chapados com pregas macho ao centro, cantos chanfrados e portinholas com cantos chanfrados e fechamento através de botão e caseado sentido horizontal, com dimensões de 12 cm de largura por 13 de altura para os tamanhos 1, 2 e 3; e 13x14 cm para os tamanhos 4, 5 e 6; portinholas de 12,5 cm de largura por 6 cm de altura e 13,5 cm x 6,5 cm respectivamente; para bolso esquerdo deverá ter uma abertura de 3 cm para colocação de caneta na extremidade superior direita. Costas com pala em tecido duplo com costura tipo metalacê com espuma em diagonal e 2 pregas laterais. Deverá conter uma faixa refletiva acima da costura dos bolsos e abaixo da tarjeta identificação, medindo 2,5 cm de altura em toda extensão do tronco, **na cor prata e um faixa refletiva nas duas mangas, altura aproximadamente 8 cm abaixo do bordado das bandeiras, medindo 2,5 cm de altura, na cor prata.**

Costuras: Costuras interlock bitola média ou larga para o fechamento das ilhargas, ombros e colocação das mangas; Costuras ponto fixo 2 agulhas paralelas para fixação da gola, vista, tarjas, platinas, penses, bainhas das mangas, carcelas, para pespontar, pregas dos bolsos, portilhas e barra, Travestres para reforçar os cantos dos bolsos, abertura para colocação de caneta e extremidades do interlock de fechamento das ilhargas e mangas. Overloque nas partes desfiantes do tecido, pontos por cm: 3,5 a 4,0 em todas as costuras e overloque.

Aviamentos: Linha poliéster/algodão ou puro poliéster nº 80 (oitenta) nas operações de fechamento, pespontos, gola, caseado pregar botões; Linha poliéster/algodão ou puro poliéster nº 120 (cento e vinte) no overloque e demais operações de costuras; Entretela do colarinho; Os botões deverão ser na cor preto fosco com 04 furos tamanho 20 (vinte); Etiquetas de Confecção, Identificação e de Tamanho da Peça; Espuma de 0,3 mm de espessura.

Bordados Eletrônicos:

MANGA ESQUERDA: a aproximadamente 8 cm da costura superior, figura da Bandeira do Município de CALDAS NOVAS, medindo 7,5cm de comprimento e 5,5cm de altura. **MANGA DIREITA:** a aproximadamente 8 cm da costura superior, a figura da Bandeira do Brasil, medindo 7,5 cm de comprimento e 5,5 cm de altura. **PEITO ESQUERDO:** localização aproximadamente 03 cm acima da costura do bolso, Brasão “FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO”. **PEITO DIREITO:** localização aproximadamente 03 cm acima da costura do bolso possuir velcro fêmea para fixação de tarjeta de identificação, medindo 09 cm de comprimento e 2,5 cm de altura; velcro macho contendo a descrição do Agente de Trânsito, Nome, bordado na cor amarelo, Tipo sanguíneo e fator RH, bordado na cor amarelo, medindo 10 cm de comprimento e 2,5cm de altura. Deverá conter nas **COSTAS** o dizer “AGENTE DE TRÂNSITO”, bordado na cor branca, fonte Arial Black, com letras medindo aproximadamente 3,9 cm de altura por 24,8 cm.



03	<p>CAMISETA MASCULINA AGENTES COM PROTEÇÃO UV MALHA 100% ALGODÃO FIO 30 – Camiseta com gola careca, confeccionada com tecido de qualidade e durabilidade, composto 100% ALGODÃO, com proteção UV fator 50, cor branca. Fechamento das costuras: ombros e mangas com overloque simples 01 agulha, densidade 4,0 pontos por centímetro, tecido com estabilidade, firme e não transparente, ramada, reforço na gola, cava reta, decote de frente com 2,5 cm de largura, costura 2 agulhas, decote das costas com reforço e costura ponto corrente 2 agulhas, cobertura de 2 agulhas na gola, mangas e bainha. Silkscreen: MANGA ESQUERDA: a aproximadamente 9 cm da costura superior, figura da Bandeira do Município de CALDAS NOVAS, medindo 7,5cm de comprimento e 5,5cm de altura. MANGA DIREITA: a aproximadamente 9 cm da costura superior, a figura da Bandeira do Brasil, medindo 7,5 cm de comprimento e 5,5 cm de altura. PEITO ESQUERDO: Brasão “FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO”. PEITO DIREITO: conter a identificação com o nome do Agente na cor preta, fonte Arial Black, com letras medindo 1,2 cm de comprimento e 2,0 cm de altura; Tipo sanguíneo e fator RH, na cor vermelha, fonte Arial Black, com letras medindo 1,2 cm de comprimento e 2,0 cm de altura; deverá conter nas costas o dizer “AGENTE DE TRÂNSITO”, silkado na cor preta, fonte Arial Black, com letras medindo aproximadamente 3,9 cm de altura por 24,8 cm.</p>	120
-----------	--	-----



04	<p>CALÇA OPERACIONAL MASCULINA PARA MOTOCICLISTA: Confeccionada em tecido 67% Poliéster e 33% Algodão, tendo como referência o tecido TECHNO RIP STOP ou similar peso 220 g/m², cor preta nº 900, PANTONE 194005 TP, com as seguintes especificações a seguir: Pano duplo na ilharga e no joelho. Sobre o pano duplo, costuras paralelas em ambos os sentidos, em formato diagonal, costurados internamente com espumas de 0,3 mm de espessura. A barra da calça conterá um cordão preto 5/2 T, 100% Polipropileno, e terá 20 mm de largura; A calça terá o formato ligeiramente tronco-cônica, com a boca inferior seccionada obliquamente de frente para a retaguarda; Terá dois bolsos laterais, nas pernas, a 240 mm da parte inferior dos cós, medindo 170 mm X 250 mm, com duas pinças cada um, tipo escamas, a 55 mm das extremidades; esse bolso será sanfonado na parte inferior e na parte traseira, porém, a parte frontal será costurada, evitando assim que algum objeto se engarranche nele; A parte sanfonada será arrematada nas bordas, evitando assim que o corpo do bolso caia; A lapela dos bolsos terá 170 mm X 70 mm e serão duplas e forradas com entretelas de tecido autocolante 460; o fechamento das lapelas ao bolso será por meio de dois botões, de cor preta, costurados nas extremidades da lapela do bolso; ambas as lapelas serão contornadas por costuras paralelas e distantes 8 mm uma da outra; o cós terá 45 mm de largura e abrigará os passa-cintos que terão 13 mm de largura por 60 mm de comprimento, e se distanciam 80 mm da braguilha e serão distribuídas ao longo do restante do cós. A braguilha com zíper de 180 mm na cor preta, e fecho dos cós em metal; as costuras laterais também serão paralelas e separadas 8 mm uma da outra; a costura do gavião será reforçada, de forma que não se rasgue ou se descosture com o uso, e haverá um arremate na altura do cós. Todo o conjunto terá uma boa vestimenta de forma a não ficar apertado, nem folgado em excesso, e será costurado com linha 80 na canetinha e linha 50 na agulha, ambos 100% poliéster, e na cor do tecido. Terá ainda mais 2 bolsos internos modelo tipo faca. Deverá conter uma faixa refletiva abaixo da linha da costura dos bolsos laterais das pernas, medindo 2,5 cm, na cor prata, em todo o contorno.</p>	100
----	--	-----

		
05	<p>JAQUETA CURTA PROTEÇÃO UV FATOR 50. 01 - 1-Jaqueta em tecido externo em poliéster de no mínimo 600D para proteção contra abrasão e resistente a água; na cor VERDE FLORESCENTE código 0406 - Fechamento: frontal duplo por meio de zíper e velcro, com carcela com 6,0 cm de largura e canaleta para cobertura do zíper, todos da cor preta. - Mangas: compridas, com ajuste duplo através de elástico de 3,0 cm de largura x 10,0 cm de comprimento e velcro de 2,5 cm de largura x 8,0 cm de comprimento, na cor preta. - Cava da manga: deverá apresentar um fole para melhor conforto e movimentação do usuário. - Gola: com 7,0 cm de altura em toda a sua extensão, com transpasse frontal com fechamento por velcro e capuz embutido por meio de zíper de nylon na cor preta com 30,0 cm de comprimento e cordão de polipropileno na cor preto para ajuste. - Faixas refletivas: a jaqueta deverá receber aplicação de faixa de micro prismas altamente retro refletivos formados em filme polimérico flexível de alto brilho e estável a UV. Acompanha também um filme de vinil flexível vedado internamente protegendo as micro prismas contra penetração de poeira e umidade, presas por meio de costuras e estarão dispostas da seguinte maneira: a) Refletivo na cor prata: uma faixa horizontal em torno do corpo da jaqueta a aproximadamente 7,0 cm da cava da manga; b) Visando o melhor desempenho dos refletivos utilizados nesta jaqueta, as faixas deverão apresentar depois de fixadas a jaqueta um aspecto liso sem nenhum tipo de solda e as costuras deverá estar somente nas extremidades da película retro refletiva, não serão aceitas também faixas com largura inferior a 50 mm l. Bolsos: deverá possuir a 5,0 cm abaixo da faixa refletiva horizontal cor prata, 02 (dois) bolsos chapados medindo 20 cm de altura x 16 de comprimento, com portinhola de 6,0 cm de altura fechada em toda a sua extensão por velcro de 2,0 cm de largura na cor preta. - Brasões e dizeres: deverão ser em tecido de poliéster com corte a laser, presos a jaqueta por meio de costura ponto corrente, dispostos da seguinte forma: • Do lado esquerdo frontal, altura do peito, aposição do</p>	50

brasão da FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, medindo 8,5 cm de altura; • Do lado direito, PEITO DIREITO: conter a identificação com o nome do Agente na cor preta, fonte Arial Black, com letras medindo 1,2 cm de comprimento e 2,0 cm de altura; Tipo sanguíneo e fator RH, na cor vermelha, fonte Arial Black, com letras medindo 1,2 cm de comprimento e 2,0 cm de altura; • Nas costas, na parte superior da jaqueta, deverá conter o dizer “AGENTE DE TRÂNSITO”, bordado na cor preta, fonte Arial Black, com letras medindo aproximadamente 3,9 cm de altura por 24,8 cm; • Na manga direita, a aproximadamente 13,0 cm abaixo da costura do ombro, aposição da bandeira do Brasil medindo 8 cm de comprimento por 6 cm de altura, bordada com borda verde; Na manga esquerda, a aproximadamente 13,0 cm abaixo da costura do ombro a bandeira de Caldas Novas, medindo 8 cm de comprimento por 6 cm de altura, bordada com borda azul; Forro: forrada por manta de poliéster 100 gr/m², com matelassê em nylon de ambos os lados, na cor preta, destacável através de 03 botões de pressão plásticos, tamanho 12, na cor do tecido, distribuídos uniformemente, localizados em cada lateral da jaqueta e em cada frontal, tanto direita quanto esquerda. Debruado em toda sua extensão por viés de poliéster na cor preta. Os punhos deverão ser canelados, 100% poliéster, com 6,0 cm de largura. - Vedação: as costuras que fazem o fechamento das mangas, ombros, fole da cava da manga, laterais da jaqueta, aplicação das faixas refletivas e dos brasões deverão ter solda termo eletrônica para perfeita vedação.



<p>06</p>	<p>BONÉ TRÂNSITO - Em tecido TECHNO RIP STOP, peso 220 g/m², cor preta n.º 900 Pantone 194005 TP, estilo e modelo baseball, contendo regulagem traseira com fivela de metal e tecido na mesma cor do boné. Tamanho único. Deverá ter a PERSONALIZAÇÃO COM BORDADO ELETRÔNICO: FRENTE: brasão "FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO", LATERAL ESQUERDA: bandeira do município de Caldas Novas, sentido angular em linha reta medindo 6cm de largura por 4cm de altura, LATERAL DIREITA: a Bandeira do Brasil no sentido angular em linha reta medindo 6cm de largura por 4cm de altura</p> <div data-bbox="268 504 1248 1131" style="text-align: center;"> </div>	<p align="right">50</p>
<p>07</p>	<p>COTURNO: Cor Preto. Cabedal confeccionado em couro integral cm tratamento hidro fugado resistente a penetração de água. Manta de isolamento térmico e áreas de articulação e conforto em cordura e couro; Forração interna confeccionada em tecido de sistema integrado com tecnologia ecológica, reforçado com fibras de agulhamento aleatório em célula aberta para melhor resistência, dublado com manta de 2 mm com rápida dispersão de umidade e proteção de neoprene no fole do zíper; Solado com tecnologia italiana com massa de borracha e compostos especiais. Bi componente, em borracha e plataforma de EVA, com isolamento térmico e sistema COMBO para alta performance;</p>	<p align="right">50</p>

		
08	<p>BOTA TÁTICA ESTILO MOTOCICLISTA Cor: Preta. Bota estilo motociclista, de cano alto. Cabedal confeccionado em couro integral com tratamento hidro fugado resistente a penetração de água. Com reflexos fluorescentes, fechamento em velcro e zíper, com sistema de ajuste à panturrilha; Forração Interna em Poliamida, sistema tecnológico de meia com membrana extremamente elástica feita de um poliéster especial, não poroso e selada com fita hot-melt. 100% impermeável e respirável; Solado em tri componente e tri densidade de borracha, poliéster e amortecimento com bolha de ar constituído de TPU inflado para maior absorção de impacto.</p> 	30
09	<p>CINTO SOCIAL - Fita para cinto social em (nylon), 83 % polipropeno 1260 Denier 140 Filamentos; Fio do enchimento: 100 % algodão 8 A-2; Fio externo: 100 % polipropeno</p>	50

1260 Denier 140 Filamentos; Fio da trama: 100 % polipropeno 1260 Denier 140 Filamentos 16; Fio auxiliar linha 80: 67 % poliéster 33 % algodão; Número de fios do Urdupe: 184 fios; Externo: 60 fios; Interno: 60 fios; Enchimento: 56 fios; Ligamento: 28 fios; Número de fios na trama um com 8.6 batidas; Número de fio auxiliar: 01; Armação tela 1x1 peso total entre: 40 a 50 gramas; Resistência a tração: Fio externo: 14,6 Kgf / cm; Fio interno: 12,0 Kgf / cm; Fio enchimento: 9,0 Kgf / cm; Fio da trama: 7,9 Kgf / cm; Comprimento variando de 900mm a 2000mm, com largura da fita no mínimo 33mm e máximo 34mm, com espessura de 2,3mm a 2,5mm, na Cor preta.

FIVELA DO CINTO Fivela Modelo Militar para o cinto social da SMT confeccionada em metal nobre (chapa de latão) de 9,0 microns com superfície abaulada, dobras e travamentos com ajustes perfeitos, sistema de rolete com fissuras transversais cruzadas que resultam em relevo para firme travamento do cinto; dobradiça com 07 (sete) dentes para prender a parte fixa do cinto. A fivela após o banho desengraxante, mergulhará em um banho de níquel e em seguida um banho dourado com baixo percentual de ouro. A logomarca da SMT será estampada na parte frontal da fivela em baixo relevo e será esmaltada com sua cor original tendo como pigmentos de esmalte PRETO. As gravações e esmaltações deverão ser livres de borrões excessos ou entupimentos, tornando legível todos os seus detalhes e dizeres. Após a esmaltação e polimento a fivela terá sua superfície frontal coberta por uma camada de resina translúcida sem excesso ou escorrimentos. No verso da fivela, deverá vir impresso (de maneira que não saia, suma ou se apague com o tempo) o nome da empresa fornecedora, juntamente com o mês e ano do fornecimento. A empresa fornecedora deverá dar garantia mínima de 03 (três) ano.



10 BORNAL DE PERNA (PORCHETE TÁTICA) – Cinto de guarnição completo confeccionado em Rip Stop na cor preta; todo costurado para melhor desempenho e durabilidade. Ajustamento no cinto e na coxa por fechamento em tic tac, medindo aproximadamente de 900mm a 2.000 mm; Bolsa para bloco de notificação com base larga de apoio na perna com fechamento em zíper com canaleta para cobertura do zíper, medindo 14 cm de largura, por 30 cm de comprimento, com porta objetos e porta caneta na frente da bolsa.

50

BORNAL DE PERNA



11	<p>FIEL TORÇAL MILITAR TRANÇADO – Cadarço de nylon (polipropileno) preto, sem alma (enchimento), trançado de forma cilíndrica em pontos bem fechados de 6mm (seis milímetros) de diâmetro, isento de falhas, emendas e pontas soltas. O cordão montado tem 90 cm de comprimento (em linha reta). Acima do nó o cordão contém uma trança de 3 pernas com 10 cm de comprimento (total em linha reta). • 2 mosquetão giratório em metal niquelado (antioxidante), de alta resistência com 7 cm de comprimento. Afixado na ponta de menor distância do nó • Nó tipo forca (de forma a permitir que uma das pernas do cordão corra livremente pelo centro do nó) com a emenda do cadarço interna (invisível), contendo 9 voltas, + ou – (mais ou menos) 4cm</p>	50
----	---	----

		
12	<p>APITO - Apito profissional fabricado em plástico resistente, com 2 aberturas superior, sem esfera, com amplitude sonora de 115 decibéis.</p> 	50
13	<p>PASTA PARA NOTEBOOK E DOCUMENTOS – Pasta para Notebook e para documentos na cor preta com dois compartimentos; confeccionado em nylon balístico resistente a água, com alça de mão e correia ajustáveis e removíveis para ombro; fechamento em zíper preto tanto no compartimento principal, como no menor. Dimensões 36,2cm x2,54cm x26,04cm; Deverá ter a PERSONALIZAÇÃO COM BORDADO ELETRONICO: CENTRO: brasão “FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO” e abaixo do brasão, conter a identificação com o nome do Agente na cor branca, fonte Arial Black, com letras medindo 1,2 cm de comprimento e 2,0 cm de altura;</p>	50



14

CARTEIRA FUNCIONAL PARA AGENTE DE TRÂNSITO - Carteira de Agente de Trânsito com porta notas, cartões, cheques e documentos. Lapela móvel de uso interno ou externo personalizada 1 brasão e 2 peças gravadas em baixo relevo. Confeccionado em couro legítimo mede 9 x 12 cm fechada, 9 x 24 cm semi aberta e 9 x 36 cm aberta, dispõe de espaço de 7.5 x 10 cm para identificação funcional, suporte para talão de cheque, 4 espaços para documentos de 7 x 11 cm, 6 espaços para cartões de crédito e local para dinheiro.

23



QUANTIDADE TOTAL E DESCRIÇÃO – PINTURA VIÁRIA, SEMAFÓRICO, MOTORISTA E
GUARDAS

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QUANT.
15	CAMISA GOLA POLO COM PROTEÇÃO UV FATOR 50 , na cor laranja cenoura, confeccionada com tecido de qualidade e durabilidade, composto 100% ALGODÃO, com proteção UV fator 50, cor branca em tecido malha PV com gramatura encorpada, 160 gramas aproximada por m ² , na seguinte composição 91% poliamida e 9% elastano de 1ª linha, mangas longas , abertura frontal parte superior acima do	120

bolso onde serão fixados os botões de nylon transparentes com quatro furos e suas devidas casas, e estas devem ser feitas em máquinas de costura apropriada, e na parte interna inferior deverá ser fixado um botão reserva, a costura de acabamento deve ser usada linha da mesma cor do tecido, a costura lateral é única, com acabamento em overloque, e o acabamento das mangas e da parte frontal da abertura da parte inferior (barrado) deve ser feito com costura linha dupla, A gola terá um detalhe central em tecido na cor do corpo da camiseta, a camisa deverá ter etiqueta com informações sobre o tecido e o tamanho, no bolso situado no lado esquerdo na altura do peito, deverá conter o brasão da “SMT”, bordado, nas costas deverá ser silkado na cor preta, o seguinte dizer: “SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO”; Deverá conter uma faixa refletiva costurada na cor prata com 50 mm de largura na altura do bolso parte frente e costas e também nas mangas na altura do cotovelo contornando em todo (360°).



16 CAMISETA GOLA POLO COM PROTEÇÃO UV FATOR 50, na cor amarela, confeccionada com tecido de qualidade e durabilidade, composto 100% ALGODÃO, com proteção UV fator 50, cor amarela em tecido malha PV com gramatura encorpada, 160 gramas aproximada por m², na seguinte composição 91% poliamida e 9% elastano de 1ª linha, algodão, **mangas longas**, abertura frontal parte superior acima do bolso onde serão fixados os botões de nylon transparentes com quatro furos e suas devidas casas, e estas devem ser feitas em máquinas de costura apropriada, e na parte interna inferior deverá ser fixado um botão reserva, a costura de acabamento deve ser usada linha da mesma cor do tecido, a costura lateral é única, com acabamento em overloque, e o acabamento das mangas e da parte frontal da abertura da parte inferior (barrado) deve ser feito com costura linha dupla, A gola terá um detalhe central em tecido na cor preta, a camisa deverá ter etiqueta com informações sobre o tecido e o tamanho, no bolso situado do lado esquerdo na altura do peito, deverá conter bordado com o brasão da “SMT”; nas costas deverá ser silkado na cor preta, o seguinte dizer: “SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA”; deverá conter uma faixa refletiva costurada na cor prata com 50 mm de largura na altura do bolso parte frente e costas e também nas mangas na altura do cotovelo contornando em todo (360°).

120

		
17	<p>CAMISETA GOLA POLO COM PROTEÇÃO UV FATOR 50, na cor amarela, confeccionada com tecido de qualidade e durabilidade, composto 100% ALGODÃO, com proteção UV fator 50, cor amarela em tecido malha PV com gramatura encorpada, 160 gramas aproximada por m², na seguinte composição 91% poliamida e 9% elastano de 1^a linha, algodão, mangas curtas, abertura frontal parte superior acima do bolso onde serão fixados os botões de nylon transparentes com quatro furos e suas devidas casas, e estas devem ser feitas em máquinas de costura apropriada, e na parte interna inferior deverá ser fixado um botão reserva, a costura de acabamento deve ser usada linha da mesma cor do tecido, a costura lateral é única, com acabamento em overloque, e o acabamento das mangas e da parte frontal da abertura da parte inferior (barrado) deve ser feito com costura linha dupla, A gola terá um detalhe central em tecido na cor preta, a camisa deverá ter etiqueta com informações sobre o tecido e o tamanho, no bolso situado do lado esquerdo na altura do peito, deverá conter bordado com o brasão da “SMT”; nas costas deverá ser silkado na cor preta, o seguinte dizer: “SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA”; deverá conter uma faixa refletiva costurada na cor prata com 50 mm de largura na altura do bolso parte frente e costas e também nas mangas na altura do cotovelo contornando em todo (360°).</p>	120



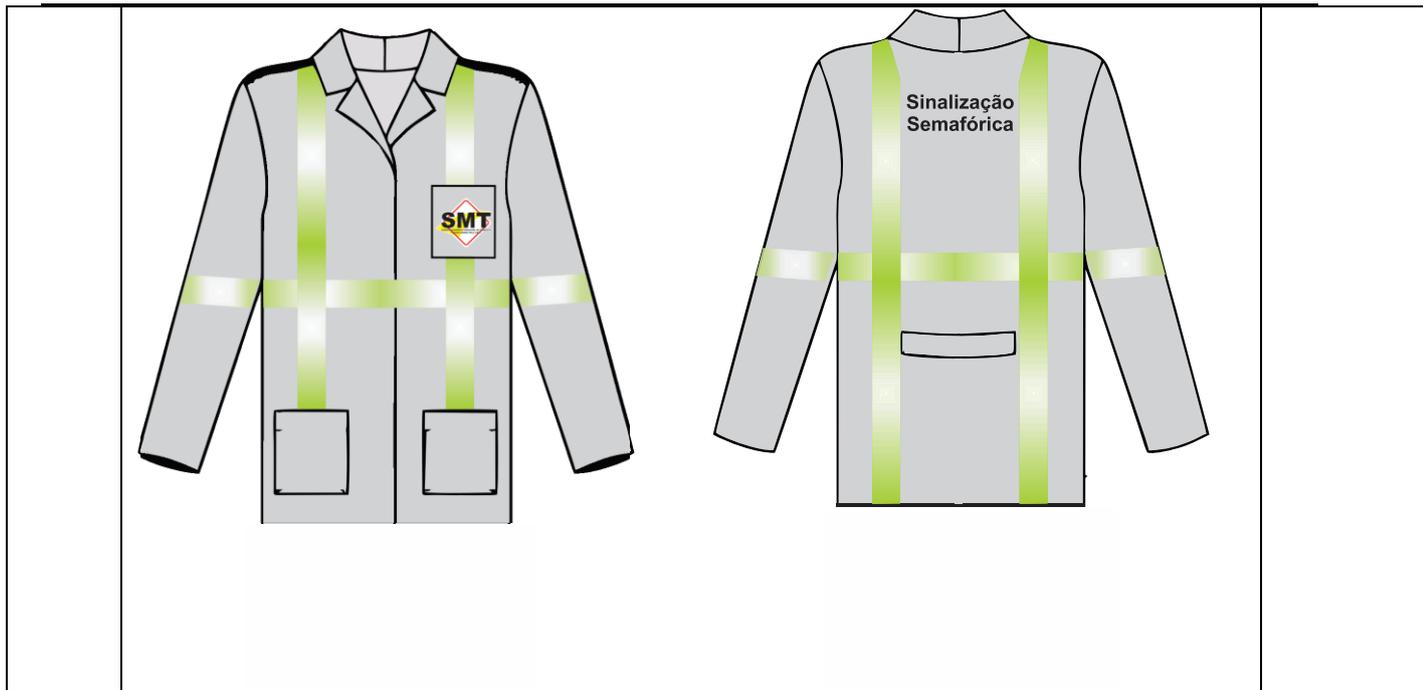
18 120

CAMISETA GOLA POLO MASCULINA COM PROTEÇÃO UV FATOR 50, Camiseta com gola polo, confeccionada com tecido de qualidade e durabilidade, composto 100% ALGODÃO, com proteção UV fator 50, na cor amarelo , em tecido malha PV com gramatura encorpada, 160 gramas aproximada por m², na seguinte composição 91% poliamida e 9% elastano de 1ª linha, algodão, **mangas curta**, abertura frontal parte superior acima do bolso onde serão fixados os botões de nylon transparentes com quatro furos e suas devidas casas, e estas devem ser feitas em máquinas de costura apropriada, e na parte interna inferior deverá ser fixado um botão reserva, a costura de acabamento deve ser usada linha da mesma cor do tecido, a costura lateral é única, com acabamento em overloque, e o acabamento das mangas e da parte frontal da abertura da parte inferior (barrado) deve ser feito com costura linha dupla, A gola terá um detalhe central em tecido na cor preta, a camisa deverá ter etiqueta com informações sobre o tecido e o tamanho, no bolso situado no lado esquerdo na altura do peito, deverá conter o brasão da “SMT”, bordado; nas costas deverá ser silkado na cor preta, o seguinte dizer: “SMT”



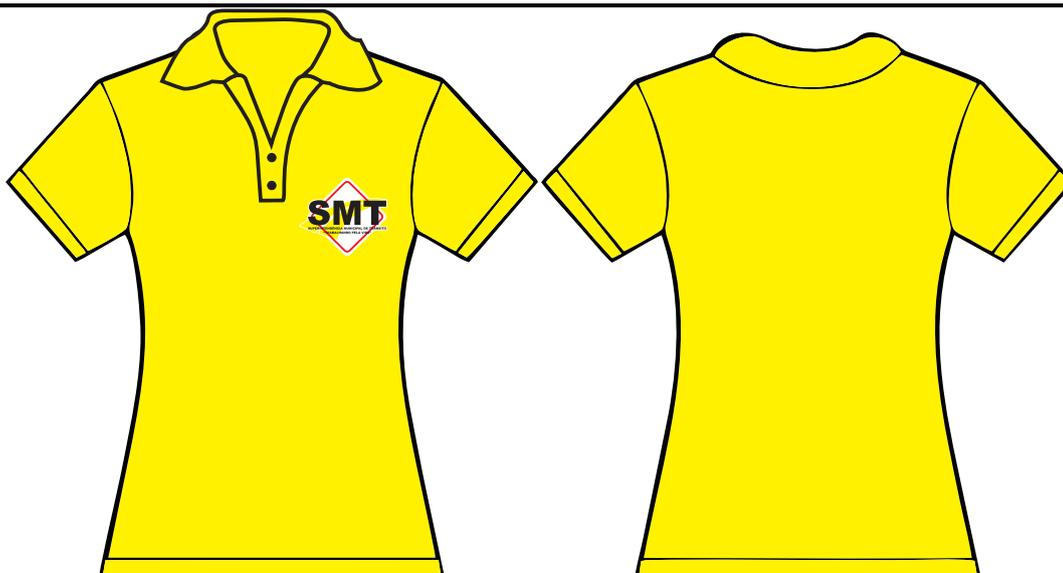
19	<p>CAMISETA GOLA POLO FEMININA COM PROTEÇÃO UV FATOR 50, Camiseta com gola polo, confeccionada com tecido de qualidade e durabilidade, composto 100% ALGODÃO, com proteção UV fator 50, na cor amarelo , em tecido malha PV com gramatura encorpada, 160 gramas aproximada por m², na seguinte composição 91% poliamida e 9% elastano de 1ª linha, algodão, mangas curta, abertura frontal parte superior acima do bolso onde serão fixados os botões de nylon transparentes com quatro furos e suas devidas casas, e estas devem ser feitas em máquinas de costura apropriada, e na parte interna inferior deverá ser fixado um botão reserva, a costura de acabamento deve ser usada linha da mesma cor do tecido, a costura lateral é única, com acabamento em overloque, e o acabamento das mangas e da parte frontal da abertura da parte inferior (barrado) deve ser feito com costura linha dupla, A gola terá um detalhe central em tecido na cor preta, a camisa deverá ter etiqueta com informações sobre o tecido e o tamanho, no bolso situado no lado esquerdo na altura do peito, deverá conter o brasão da “SMT”, bordado; nas costas deverá ser silkado na cor preta, o seguinte dizer: “SMT”</p>	120
		120

20	<p>CALÇA OPERACIONAL, Confeccionada em brim profissional com elastano, cor preta, com as seguintes especificações a seguir: Composição 67% poliéster, 33% elastano; A calça terá o formato ligeiramente tronco-cônica, com a boca inferior seccionada obliquamente de frente para a retaguarda; terá dois bolsos internos tipo faca, dois bolsos traseiros; dois bolsos em cada perna; o cós com elástico total na cintura e cordão; a costura do gavião será reforçada, de forma que não se rasgue ou se descosture com o uso, e haverá um arremate na altura do cós. Todo o conjunto terá uma boa vestimenta de forma a não ficar apertado, nem folgado em excesso. Tamanhos conforme lista a ser encaminhada à empresa adjudicante. Deverá conter uma faixa refletiva nas pernas, medindo 2,5 cm, na cor prata, em todo o contorno.</p> 	120
21	<p>JALECOS PARA ELETRICISTAS PROTEÇÃO UV FATOR 50 – Confeccionado em brim leve 100% algodão, na cor cinza, fechamento com 4 botões na cor preta, com a gola-polo, com canhão, com três bolsos sendo um no peito com o brasão da “SMT” bordado visível a olho nu e dois bolsos abaixo, na frente do jaleco. Deve conter faixa refletiva na largura de 4cm, na forma H sendo na frente, nas costas e nas mangas, na cor amarelo fluorescente. Nas costas deverá conter o dizer “SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO”, bordado em semicírculo, na cor preta. Tamanhos conforme lista a ser encaminhada à empresa adjudicante.</p>	30



QUANTIDADE TOTAL E DESCRIÇÃO – ADMINISTRATIVO

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QUANT.
22	<p>CAMISETA FEMININA PROTEÇÃO UV FATOR 50 100% ALGODÃO FIO 30, Camiseta com gola polo e com abertura frontal decote em V, confeccionada com tecido de qualidade e durabilidade, composto 100% ALGODÃO, com proteção UV fator 50, na cor amarelo canário. Fechamento das costuras: ombros e mangas com overloque simples 01 agulha, densidade 4,0 pontos por centímetro, tecido com estabilidade, firme e não transparente, ramada, reforço na gola, cava reta, decote de frente com 2,5 cm de largura, costura 2 agulhas, decote das costas com reforço e costura ponto corrente 2 agulhas, cobertura de 2 agulhas na gola, mangas e bainha, com bordado do brasão da SMT na parte frontal superior do lado esquerdo, mangas curtas, dois botões de nylon transparentes com furos e suas devidas casas, e estas devem ser feitas em máquinas de costura apropriada, e na parte interna inferior deverá ser fixado um botão reserva, a costura de acabamento deve ser usada linha da mesma cor do tecido; A gola terá um detalhe central em tecido na cor do corpo da camiseta, a camiseta deverá ter etiqueta com informações sobre o tecido e o tamanho. Deverá conter bordado do lado esquerdo do peito da logo "SMT".</p>	120



23

BLUSA FEMININA COM GOLA V MARINHEIRO - Blusa feminina social, sem manga, confeccionada sob medida, na cor amarela; Colar de marinheiro que acentua a gola V na cor preta; tecido Crepe Montaria, composição 90% poliéster e 10% elastano. A blusa deverá ter caimento. Costura feita na cor do tecido, em OVERLOQUE. Deverá conter bordado do lado esquerdo do peito com a logomarca da "SMT".

120

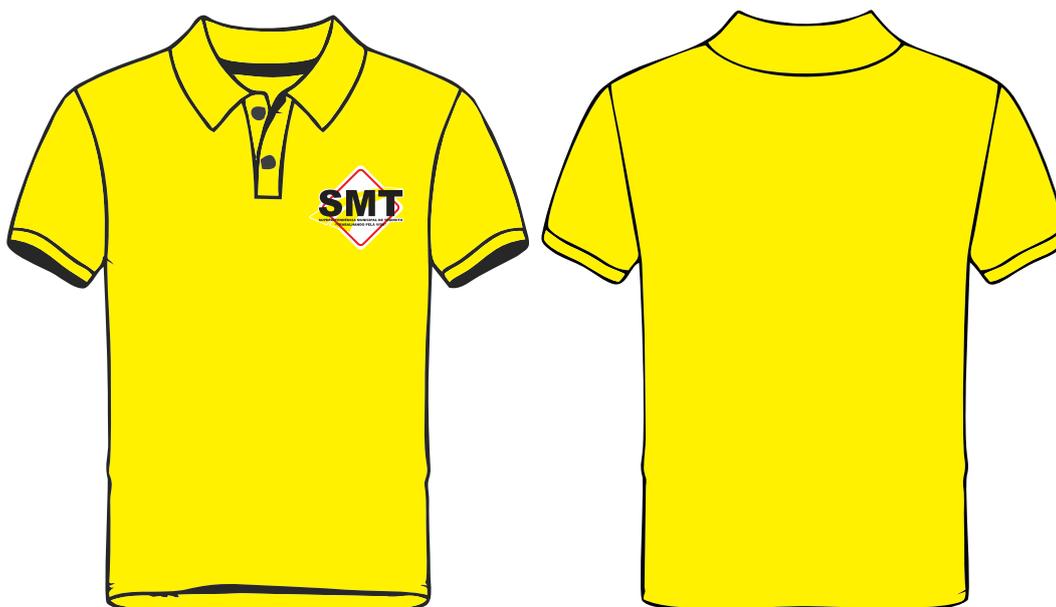


24

CAMISETA MASCULINA PROTEÇÃO UV FATOR 50, confeccionada sob medida

120

em tecido picket, 67% algodão e 33% poliéster, na cor amarelo canário, com bordado do brasão da SMT na parte frontal superior do lado esquerdo, mangas curtas, gola polo na mesma cor da camiseta, com abertura frontal com 6 botões de nylon transparentes com quatro furos e suas devidas casas, e estas dever ser feitas em máquina de costura apropriada, e na parte interna inferior deverá ser fixado um botão reserva, a costura de acabamento deve ser usada linha da mesma cor do tecido; a gola terá um detalhe central em tecido na cor da camiseta, a camiseta deverá ter etiqueta com informações sobre o tecido e o tamanho.



Observação: Os produtos acima deveram ser de 1ª qualidade, e estar em conformidade com o que determina o Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho, INMETRO, e outros órgãos que regulam a produção e comercialização.

Os uniformes dos agentes de trânsito e do administrativos deverão ser confeccionados sob medida.

QUANTIDADE DESTINADA
AGENTES DE TRÂNSITO

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANT.
01	Unid.	Camisa Manga Longa Proteção UV fator 50	120
02	Unid.	Camisa Manga Curta Proteção UV fator 50	120
03	Unid.	Camiseta Malha gola careca Manga curta Proteção UV fator 50	120
04	Unid.	Calça Operacional Masculina Motociclista	100
05	Unid.	Jaqueta Curta Proteção UV fator 50	50
06	Unid.	Boné Trânsito	50
07	Par	Coturno (Par)	50
08	Par	Bota Tática Motociclista (Par)	50
09	Unid.	Cinto Social	50
10	Unid.	Bornal de Perna (porchete)	50
11	Unid.	Torçal (fiel) para apito	50
12	Unid.	Apito	50
13	Unid.	Pasta para Notebook/Documentos	30



14	Unid.	Carteira Funcional Agente de Trânsito	23
----	-------	---------------------------------------	----

DESTINADO A SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, MOTORISTAS E GUARDAS

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANT.
15	Unid.	Camiseta Gola polo Manga Longa Laranja Proteção UV fator 50	120
16	Unid.	Camiseta Gola Polo Manga Longa Amarela Proteção UV fator 50	120
17	Unid.	Camiseta Gola Polo Manga Curta Amarela Proteção UV fator 50	120
18	Unid.	Camiseta Gola Polo Manga Curta Amarela Masculina SMT	120
19	Unid.	Camiseta Gola Polo Manga Curta Amarela Feminina SMT	120
20	Unid.	Calça Operacional Brim Profissional Preta	120
21	Unid.	Jalecos Eletricista Proteção UV fator 50	30

DESTINADO A ADMINISTRAÇÃO

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANT.
22	Unid.	Camiseta 100% Algodão Gola Polo Feminina amarela Proteção UV fator 50	120
23	Unid.	Blusa Feminina Amarela em Crepe Montaria	120
24	Unid.	Camiseta Piquet Gola Polo Masculina Proteção UV fator 50	120

A necessidade da quantidade solicitada vai atender todos os servidores que estão exercendo suas atividades específicas, e possíveis novos contratados.

4. DA ENTREGA DOS PRODUTOS

- 4.1. A Entrega de produtos deverá ser feita parcial ou fracionada, de acordo com a solicitação expedida pelo Departamento de Compra em 60 (sessenta) dias úteis.
- 4.2. Só serão recebidos os produtos que estejam de acordo com as normas técnicas aprovadas pelo INMETRO, conforme cada solicitação, devendo ser observada a quantidade e especificação de cada item.
- 4.3. Não será aceito produtos que apresente coloração irregular, rasgados, costura malfeita, ou qualquer outro tipo de violação imperfeição na qualidade do tecido, aviamentos e confecção dos produtos, que venha interferir na qualidade do produto.
- 4.4. Não será aceito produtos que esteja danificado, que apresente qualquer grau de impureza.
- 4.5. Não será aceito produtos que não atendam às suas especificações determinadas na licitação, marca, composição etc.
- 4.6. Não será aceito produtos que não esteja em conformidade com normas técnicas que regulam o setor de produção e comercialização.
- 4.7. Só serão recebidos os produtos que estejam de acordo com todas as condições estabelecidas neste termo de referência.
- 4.8. A entrega deverá ser efetuada na **Superintendência Municipal de Trânsito**, nos dias úteis (segunda a sexta feira) das 08h00min às 17h00min.
- 4.9. O responsável pelo recebimento dos uniformes, será o senhor Leonardo Marinho de Melo.



5. PRAZO DE VIGENCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

- 5.1.** O prazo de vigência do contrato será para o período de 12 (doze) meses;
- 5.2.** A aquisição dos produtos será feita através de Ordem de Fornecimento (O.F.), de acordo com a necessidade, com o prazo de 60 (sessenta) dias para a entrega.

6. ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO

- 6.1.** A fiscalização do fornecimento ficará a cargo da Superintendência Municipal de Trânsito e Transporte.
- 6.2.** Fica responsável pelo acompanhamento e fiscalização quanto à completa execução, conforme exige o inciso XX, do art.16 da IN nº 012/2014, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, o servidor LEONARDO MARINHO DE MELO, inscrito sobre o número de matrícula 908944, servidor da Superintendência Municipal de Trânsito e Transporte de Caldas Novas – Goiás, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração, em conformidade com o art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 6.3.** O fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 6.4.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 6.5.** A empresa contratada ficará responsável em fornecer os uniformes para identificação dos servidores dos setores dentro da qualidade, quantidade e prazo solicitados pela Superintendência Municipal de Trânsito – SMT;
- 6.6.** Em caso de desacordo com as especificações deste termo, no ato da entrega, os uniformes serão devolvidos, devendo obrigatoriamente haver substituição em até 2 (dois) dias úteis.
- 6.7.** Se a substituição não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita as sanções previstas neste Edital, na Minuto do Contrato quando for o caso, e na Lei;
- 6.8.** Fica aqui estabelecido que os uniformes serão recebidos:
- 6.8.1** Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- 6.8.2** Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e a consequente aceitação;
- 6.9.** O recebimento do objeto, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da empresa pela sua qualidade e características, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos.



7. CRITÉRIOS PARA AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS

- 7.1.** O recebimento dos produtos será fiscalizado pelo responsável, o qual atestará em documento fiscal correspondente, as condições exigidas neste Termo de Referência, constituindo assim, a liberação dos pagamentos da contratada;
- 7.2.** O prazo entre o pedido e a entrega dos uniformes não deverá ultrapassar 60 (sessenta) dias;
- 7.3.** A SMT não aceitará ou receberá qualquer produto com atraso, defeito ou imperfeições em desacordo com as especificações e condições constantes neste Termo de Referência, cabendo à contratada efetuar as substituições necessárias no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, sob pena de aplicação das sanções previstas e/ou rescisão contratual.

8. DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO.

- 8.1** A contratada apresentará nota Fiscal/Fatura, para o ato de abertura, liquidação e pagamento, pela Superintendência Municipal de Trânsito, devendo ser entregues quando da execução de qualquer serviço ou junto com os produtos correspondendo exatamente as especificações e quantidades que o processo licitatório demonstrou em sua minuta contratual.
- 8.2** As faturas serão pagas até 30 (trinta) dias, contados, imediatamente após a data de protocolização das faturas. Nenhum pagamento será efetuado à contratada antes de paga ou relevada multa que lhe tenha sido aplicada.
- 8.3** Todas as despesas decorrentes do objeto ora contratadas serão inteiramente por conta da empresa contratada.

9. DOS RECURSOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

As despesas com o presente objeto serão empenhadas a cargo das Dotações Orçamentárias:

Secretaria ou Departamento	Dotação Orçamentária
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE	18.1801.15.122.7001.8014 - 339039(171) 18.1801.15.122.7001.8014 – 339030 (171) Gestão da SMT

10. DAS OBRIGAÇÕES DAS CONTRATADAS

- 10.1.** Se obrigará a cumprir fielmente o estipulado neste instrumento e em especial:
- 10.2.** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a presente contratação;
- 10.3.** Fornecer os materiais conforme as exigências específicas que constam neste Termo, em perfeitas condições de utilização;
- 10.4.** Apresentar 01 (uma) amostra de cada um dos itens relacionados;
- 10.5.** Sujeitar-se a mais ampla e restrita fiscalização por parte do contratante, prestando todos os esclarecimentos necessários, atendendo as reclamações formuladas e cumprindo todas as orientações do mesmo, visando fiel desempenho do serviço;
- 10.6.** Manter durante todo o período de vigência da contratação, todas as condições que ensejaram a sua habilitação;
- 10.7.** Será rejeitado, todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com as condições estabelecidas neste termo, ficando a contratada obrigada a substituir os materiais recusados, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da notificação expedida pela unidade recebedora, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital;



- 10.8.** Entregar os materiais objeto do termo, no local especificado neste instrumento, em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência;
- 10.9.** Independentemente da aceitação, a contratada garantirá a qualidade do material proposto, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou má aparência, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da notificação, sem ônus adicional ao contratante;
- 10.10.** Manter os prepostos, aceitos pelo contratante para apresentá-la durante o período de execução;
- 10.11.** A empresa contratada terá prazo de até 02 (dois) dias úteis para retirar o instrumento contratual e providenciar a sua assinatura, sob pena de decair o direito à contratação. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, quando devidamente justificado formalmente e aceito pela administração;
- 10.12.** Responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais contratados, previstos na legislação vigente, sejam de âmbito trabalhista, previdenciário, social, secundário, bem como taxas, impostos, frete e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Termo;
- 10.13.** Indenizar o Município de Caldas Novas por todo e qualquer dano decorrente, direta ou indiretamente, da execução do objeto, por culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos;
- 10.14.** Cumprir os prazos previstos neste instrumento;
- 10.15.** Manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei nº 8.666/93 e no presente Edital.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 11.1.** Fiscalizar a execução, bem como;
- 11.2.** Receber o objeto, através do setor responsável por seu acompanhamento mencionado no item 10.5;
- 11.3.** Notificar por escrito à contratada, toda e qualquer ocorrência relacionada com o objeto contratado, tais como eventuais imperfeições durante sua vigência afixando prazo para sua correção;
- 11.4.** Exigir a qualquer tempo da contratada, documentos que comprovem o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrente da execução desta Contratação, bem como todas as qualificações que ensejaram sua habilitação;
- 11.5.** Fiscalizar a execução do contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da contratada pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- 11.6.** Rejeitar todo e qualquer serviço de má qualidade e em desconformidade com as especificações deste Edital.

Caldas Novas, 26 de novembro de 2019.

Leonardo Marinho de Melo
-Superintendente Municipal de Trânsito-
Decreto 1050/2018



AVISO: Os anexos II, III, IV e V deverão ser redigidos em papel timbrado da empresa ou editorados por computador.

ANEXO II
(Modelo)

CARTA DE CREDENCIAMENTO

À

Prefeitura Municipal de Caldas Novas
Avenida Orcalino Santos, N.º 283, Centro, Caldas Novas – GO.

Devem ser preenchidos TODOS os dados, conforme segue no modelo:
PREGÃO PRESENCIAL N.º 020/2020 – SRP N.º 016/2020.

CARTA DE CREDENCIAMENTO – REPRESENTANTE LEGAL

A (nome da empresa) CNPJ, nº, com sede à
....., neste ato representado pelo (**diretor ou sócio, com qualificação completa - nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço**), vem pelo presente informar que a prática de todos os atos necessários, relativos ao Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial N.º 020/2020, serão por mim proferidos, inclusive no tocante ao direito de desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais condições, confessar, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

Caldas Novas, de de 2020.

(Nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)

CARTA DE CREDENCIAMENTO - PROCURADOR

A (nome da empresa) CNPJ, nº, com sede à
....., neste ato representado pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa - nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu Procurador o Senhor(a)....., (**nacionalidade, estado civil, profissão**), portador do Registro de Identidade nº, expedido pela, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº, residente à rua
....., nº como meu mandatário, a quem confiro amplos poderes para praticar todos os atos necessários, relativos ao Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial N.º 020/2020, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais condições, confessar, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente dando tudo como bom, firme e valioso.

Caldas Novas, de de 2020.

(Nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).



AVISO: Os anexos II, III, IV e V deverão ser redigidos em papel timbrado da empresa ou editorados por computador

ANEXO III

(Modelo)

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

À
Prefeitura Municipal de Caldas Novas - GO

Assunto: Edital – PREGÃO PRESENCIAL N.º 020/2020 – SRP N.º 016/2020.
A/C: Comissão Permanente de Licitação

Após o exame dos termos e condições do Instrumento Convocatório da Licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL N.º 020/2020, bem como de seus Anexos, partes integrantes e complementares do mesmo, propomos a entrega dos materiais, objeto da referida licitação, sob nossa exclusiva responsabilidade.

Para tal fim, apresentamos os documentos de Habilitação como exigidos no referido Edital.

Assinatura e Carimbo
(Responsável ou representante legal)



ANEXO IV

(Modelo)

DECLARAÇÃO I

A empresa....., inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº.
....., sediada à Rua/Avenida.....nº.....,
Setor/Bairro....., na cidade de Estado de, DECLARA,
sob as penas cabíveis que possui todos os requisitos exigidos no Edital de Pregão Presencial
Nº. 020/2020, objeto do Processo Administrativo N.º 2019.075455, para a habilitação, quanto às
condições de qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal,
DECLARANDO ainda, estar ciente que a falta de atendimento a qualquer exigência para
habilitação constante do Edital, ensejará aplicação de penalidade a Declarante.

Município,/...../.....

Assinatura e Carimbo
(Responsável ou representante legal)



ANEXO V

(Modelo)

DECLARAÇÃO II

Em atendimento ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, e ainda ao item 6.1, alínea “i”, declaramos que a empresa _____, CNPJ nº. _____ não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Local, ____ de _____ de 2020.

Assinatura e Carimbo
(Responsável ou representante legal)



Observação: Este anexo deverá ser preenchido somente pela Prefeitura Municipal.

ANEXO VI

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 016/2020.
PREGÃO PRESENCIAL N.º 020/2020.**

ATA DE REGISTRO DE PREÇO, PARA	REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE UNIFORMES PERSONALIZADOS CONFECCIONADOS SOB MEDIDA PARA USO DOS SERVIDORES DAS ÁREAS ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS, INCLUINDO OS AGENTES DE TRÂNSITO DESTA SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO – SMT. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, DO EDITAL.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º	2019.075455

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Às ____ horas do dia ____ de _____ de 2020, na PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS NOVAS, reuniram-se na SALA DE LICITAÇÃO, situada à ORCALINO SANTOS, N.º 283, CENTRO, CALDAS NOVAS, CEP: 75.690-000, Fone: (64) 3454-3549, inscrito no CNPJ sob o nº 01.787.506/0001-55, representado pela Pregoeira, Sra. ANA LEOMARA GOMES VIEIRA, e os membros da Equipe de Apoio, BRUNO AFONSO DE FREITAS e LINIKER GABRIEL DA SILVA designados pelo Decreto N.º 036/2019, de 08/01/2020, com base na Lei N.º 10.520, de 17 de Julho de 2002, e na regulamentação feita pelo Decreto N.º 811/2005, em face das propostas vencedoras apresentadas no Pregão Presencial N.º 020/2020, cuja ata e demais atos foram homologados pela autoridade administrativa, R E S O L V E lavrar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, conforme as cláusulas seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O objeto desta ATA é o Registro de Preço das **PROMITENTES CONTRATADAS,**

ITEM	EMPRESA
	Nome: CPF: Endereço: Fone: E-mail: REPRESENTANTE LEGAL: NOME: RG: CPF:

Visando a aquisição de objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE UNIFORMES PERSONALIZADOS CONFECCIONADOS SOB MEDIDA PARA USO DOS SERVIDORES DAS ÁREAS ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS, INCLUINDO OS**



AGENTES DE TRÂNSITO DESTA SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO – SMT, que atendam às condições, quantitativos, e especificações mínimas estabelecidas no ANEXO I do Edital, conforme quantidades e especificações constantes da cláusula quarta desta ATA, conforme condições e especificações constantes do edital do Pregão Presencial Nº 020/2020, bem como das propostas comerciais das PROMITENTES CONTRATADA.

Parágrafo único: A presente Ata de Registro de Preços constitui-se em documento vinculativo e obrigacional às partes, com característica de compromisso para futura contratação.

DAS OBRIGAÇÕES DOS LICITANTES REGISTRADOS

CLÁUSULA SEGUNDA: São obrigações dos Licitantes REGISTRADOS, entre outras:

I. Assinar o contrato de fornecimento com a ADMINISTRAÇÃO e/ou com os órgãos participantes no prazo máximo 05 (cinco) dias úteis, contados da solicitação formal.

II. Entregar os materiais no Setor de Compras da Secretaria correspondente em prazo não superior a (_____) dias, contados a partir da data da ordem de fornecimento.

III. Providenciar a imediata substituição dos itens por falhas ou irregularidades constatadas pelo MUNICÍPIO, na forma de fornecimento dos materiais e ao cumprimento das demais obrigações assumidas nesta ata.

IV. Reapresentar sempre, à medida que forem vencendo os prazos de validade da documentação apresentada, novos documentos que comprovem todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital do Pregão Presencial N.º 020/2020.

V. Prover condições que possibilitem o atendimento das obrigações firmadas a partir da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços.

VI. Até o encerramento das obrigações, a CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor inicial atualizado do Contrato. Nas supressões, esse limite poderá ser excedido, desde que resulte de acordo celebrado entre o MUNICÍPIO e a CONTRATADA.

VII. Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao MUNICÍPIO, aos órgãos participantes e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP.

VIII. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados, ficando, ainda, o MUNICÍPIO e a SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, isentos de qualquer vínculo empregatício, responsabilidade solidária ou subsidiária.

IX. Pagar, pontualmente, os seus fornecedores e as obrigações fiscais com base na presente ata, exonerando o MUNICÍPIO e a SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento.

X. Manter o prazo de garantia de 12 (doze) meses, contado da data da entrega definitiva dos bens, na forma prevista no anexo (I) - Termo de Referência, do edital do Pregão Presencial N.º 020/2020.



DA VIGÊNCIA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA TERCEIRA: O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços é de **12 (doze) meses**, contados da sua assinatura.

DO REGISTRO DOS PREÇOS

CLÁUSULA QUARTA: O preço registrado, a quantidade e o fornecedor dos materiais constantes desta, encontram-se contidos na tabela abaixo:

ITENS	RAZÃO SOCIAL	UND	QTD	ESPECIFICAÇÃO	MENOR PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL

CLÁUSULA QUINTA: A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta e autorização do Município e do fornecedor, sem prejuízo das quantidades registradas nesta Ata.

Parágrafo único: As contratações adicionais previstas nesta cláusula não poderão exceder, por órgão ou entidade interessada, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

CLÁUSULA SEXTA: São obrigações do MUNICÍPIO, entre outras:

I. Gerenciar, através da ADMINISTRAÇÃO, esta Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo à ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes desta Ata;

II. Observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;

III. Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do presente Registro de Preços, através da Comissão Permanente de Licitação - CPL;

IV. Publicar o preço, o fornecedor e as especificações do objeto, em forma de extrato, na imprensa oficial do Município, sem prejuízo de outras formas de divulgação, inclusive pela rede mundial de computadores - Internet, durante a vigência da presente ata;



V. Encaminhar o processo do Pregão Presencial e a Ata de Registro de Preços, devidamente publicada, ao TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS, para fins de anotação dos valores registrados, visando aferir os valores das aquisições a serem realizadas.

DA CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA SÉTIMA: Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Presencial N.º 020/2020, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida à ordem de classificação das propostas e os preços registrados.

CLÁUSULA OITAVA: O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA NONA: A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato.

DO PAGAMENTO À CONTRATADA

CLÁUSULA DÉCIMA: O MUNICÍPIO ou os órgãos municipais pagará à CONTRATADA, pelos fornecimentos dos bens de valor registrado nesta Ata de acordo com a quantidade efetivamente entregue em até ____ (_____) dias úteis, após o recebimento definitivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O pagamento será efetuado através de depósito bancário, mediante apresentação do documento fiscal competente, juntamente com os documentos pertinentes.

Parágrafo Primeiro: O documento fiscal deverá ser emitido em 02 (duas) vias, e estar acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do Ministério da Fazenda (www.receita.fazenda.gov.br);
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal através de Certidão Conjunta de débitos relativos aos tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, da unidade da federação onde a empresa licitante tem a sua sede (www.pgfn.fazenda.gov.br);
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, através de Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda ou equivalente da unidade da federação onde a licitante tem sua sede (www.sefaz.go.gov.br);
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através de Certidão expedida no Município equivalente onde a licitante tem sua sede;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do Município de Caldas Novas - GO, através de Certidão expedida pela Secretaria de Finanças (www.caldasnovas.go.gov.br);



f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (www.caixa.gov.br), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

g) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, através da CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTA, expedida Tribunal Superior do Trabalho (www.tsj.jus.br), Conselho Superior da Justiça do Trabalho (www.cstj.jus.br).

Parágrafo Segundo: O documento fiscal não aprovado pelo MUNICÍPIO ou pelos órgãos municipais será devolvido à CONTRATADA para as devidas correções, passando a contar novos prazos previstos nesta Cláusula, a partir da data de sua reapresentação e consequente aprovação.

DAS ALTERAÇÕES DA ATA

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecido o disposto no Art. 65 da Lei Federal N.º 8.666/93, nos seguintes casos:

Parágrafo Primeiro: os preços registrados poderão ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos materiais registrados, cabendo à ADMINISTRAÇÃO, órgão gerenciador desta ATA, promover as negociações junto aos fornecedores registrados.

Parágrafo Segundo: Quando os preços registrados, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a ADMINISTRAÇÃO deverá:

- I. Convocar o fornecedor registrado para negociação de redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;
- II. Frustrada a negociação, liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido; e
- III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Presencial, os demais fornecedores que não tiveram seus preços registrados, visando igual oportunidade de negociação;

Parágrafo Terceiro: Quando o valor de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor, mediante comunicação e comprovação formal, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador da Ata poderá:

- I. Liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido, sem aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital do Pregão Presencial, confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;
- II. Para o disposto no subitem anterior, a comunicação deverá ser feita antes do pedido de fornecimento dos materiais;
- III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Presencial, os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

Parágrafo Quarto: O MUNICÍPIO revogará a Ata de Registro de Preços sempre que não houver êxito nas negociações, na forma da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: O Registro de Preços dos fornecedores registrados será cancelado quando:



-
- I. Houver interesse público, devidamente fundamentado;
 - II. O fornecedor descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
 - III. O fornecedor não assinar o contrato no prazo determinado neste edital, sem justificativa aceita pelo MUNICÍPIO;
 - IV. Se constatar a existência de declaração de inidoneidade do fornecedor;
 - V. O fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, no caso deste se tornar superior ao praticados no mercado;
 - VI. Por iniciativa do próprio fornecedor, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade do cumprimento das exigências do instrumento convocatório que deu origem a esta ARP, tendo em vista fato superveniente e aceito pelo MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Os preços da presente Ata serão irremediáveis durante a validade desta Ata;

Parágrafo Único: Nas hipóteses previstas no Art. 65, Inciso II, Alínea "d", da Lei Federal N.º 8.666/93, o MUNICÍPIO poderá promover o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante solicitação fundamentada e aceita.

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Pela inexecução total ou parcial da Ata ou do contrato o MUNICÍPIO poderá, garantido o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- I. Advertência;
- II. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total registrado;
- III. Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: A penalidade de advertência poderá ser aplicada nos seguintes casos, independentemente da aplicação de multas:

- I. Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente, desde que não acarretem prejuízos para o MUNICÍPIO;
- II. Execução insatisfatória ou inexecução da entrega do material, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;
- III. Pequenas ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços do MUNICÍPIO ou dos órgãos municipais;



CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Decorridos 05 (cinco) dias de atraso na entrega dos bens, sem que tenham sido apresentadas justificativas plausíveis, estará caracterizado o descumprimento total das obrigações assumidas, caso em que, além de aplicar a multa prevista no **inciso II da Cláusula Décima Quinta**, poderá o MUNICÍPIO optar pela rescisão do Contrato.

Parágrafo Primeiro: As multas a que se refere o **inciso II da Cláusula Décima Quinta** não impede que o MUNICÍPIO rescinda, unilateralmente, o Contrato ou cancele o Registro de Preço do fornecedor e, ainda aplique as outras sanções previstas na **Cláusula Décima Quinta**, em seus **incisos I, III e IV**, facultada o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório da PROMITENTE e/ou CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: As multas aplicadas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pelo MUNICÍPIO;

Parágrafo Primeiro: Inexistindo pagamento devido pelo MUNICÍPIO, ou sendo este insuficiente, caberá à CONTRATADA efetuar o pagamento da multa, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contado da data da comunicação de confirmação da sanção;

Parágrafo Segundo: Não se realizando o pagamento nos termos acima definidos, o MUNICÍPIO poderá, se houver, valer-se do valor dado em garantia e, não sendo este suficiente, far-se-á a sua cobrança judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública será proposta se constatada má fé, ação maliciosa e premeditada da CONTRATADA em prejuízo do MUNICÍPIO, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízos ao MUNICÍPIO ou aplicações sucessivas das outras penalidades anteriormente descritas.

Parágrafo Único: A penalidade prevista nesta cláusula é de competência exclusiva do MUNICÍPIO, facultada à contratada o devido processo legal, a ampla defesa e contraditório, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA: As omissões desta ATA e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Presencial N.º 020/2020 e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: O presente registro decorre de adjudicação às PROMITENTES CONTRATADAS dos objetos, cujas descrições, quantidades e especificações constam no Termo de Referência - Anexo I, do Pregão Presencial N.º 020/2020, conforme decisão do Pregoeira do MUNICÍPIO, lavrada em Ata e homologação feita pelo senhor Gestor.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: Caberá à ADMINISTRAÇÃO gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: Fica eleito o foro da Comarca deste Município, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução desta ATA, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente Ata em 01 (uma) vias de igual teor e forma.

Caldas Novas, _____ de _____ de 2020.

SUPERINTENDENTE MUNICIPAL DE TRÂNSITO

PREGOEIRA

CONTRATADAS:



ANEXO VII

Modelo de Proposta de Preços

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2020.

DATA: 17 de Março de 2020

HORÁRIO: 09h00m

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº, _____ e inscrição estadual nº _____, estabelecida à rua _____ para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE UNIFORMES PERSONALIZADOS CONFECCIONADOS SOB MEDIDA PARA USO DOS SERVIDORES DAS ÁREAS ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS, INCLUINDO OS AGENTES DE TRÂNSITO DESTA SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO – SMT.** Portanto, oferecemos os preços e percentuais de desconto correspondentes as aquisições, objeto da presente licitação:

ITEM	UNID.	QTYDADE.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	Marca Proposta	Valor Unitário	Total
01	UNID.	120	Camisa Manga Longa Proteção UV fator 50	CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I)		R\$ 0,00	R\$ 0,00
02	UNID.	120	Camisa Manga Curta Proteção UV fator 50	CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I)		R\$ 0,00	R\$ 0,00
03	UNID.	120	Camiseta Malha gola careca Manga curta Proteção UV fator 50	CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I)		R\$ 0,00	R\$ 0,00
04	UNID.	100	Calça Operacional Masculina Motociclista	CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I)		R\$ 0,00	R\$ 0,00
05	UNID.	50	Jaqueta Curta Proteção UV fator 50	CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I)		R\$ 0,00	R\$ 0,00
06	UNID.	50	Boné Trânsito	CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I)		R\$ 0,00	R\$ 0,00
07	PAR	50	Coturno (Par)	CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I)		R\$ 0,00	R\$ 0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS NOVAS
ADM. 2017 - 2020



08	PAR	50	Bota Tática Motociclista (Par)	CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I)		R\$ 0,00	R\$ 0,00
09	UNID.	50	Cinto Social	CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I)		R\$ 0,00	R\$ 0,00
10	UNID.	50	Bornal de Perna (porchete)	CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I)		R\$ 0,00	R\$ 0,00
11	UNID.	50	Torçal (fiel) para apito	CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I)		R\$ 0,00	R\$ 0,00
12	UNID.	50	Apito	CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I)		R\$ 0,00	R\$ 0,00
13	UNID.	30	Pasta para Notebook/Documentos	CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I)		R\$ 0,00	R\$ 0,00
14	UNID.	23	Carteira Funcional Agente de Trânsito	CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I)		R\$ 0,00	R\$ 0,00
15	UNID.	120	Camiseta Gola polo Manga Longa Laranja Proteção UV fator 50	CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I)		R\$ 0,00	R\$ 0,00
16	UNID.	120	Camiseta Gola Polo Manga Longa Amarela Proteção UV fator 50	CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I)		R\$ 0,00	R\$ 0,00
17	UNID.	120	Camiseta Gola Polo Manga Curta Amarela Proteção UV fator 50	CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I)		R\$ 0,00	R\$ 0,00
18	UNID.	120	Camiseta Gola Polo Manga Curta Amarela Masculina SMT	CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I)		R\$ 0,00	R\$ 0,00
19	UNID.	120	Camiseta Gola Polo Manga Curta Amarela Feminina SMT	CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I)		R\$ 0,00	R\$ 0,00
20	UNID.	120	Calça Operacional Brim Profissional Preta	CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I)		R\$ 0,00	R\$ 0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS NOVAS
ADM. 2017 - 2020



21	UNID.	30	Jalecos Eletricista Proteção UV fator 50	CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I)		R\$ 0,00	R\$ 0,00
22	UNID.	120	Camiseta 100% Algodão Gola Polo Feminina amarela Proteção UV fator 50	CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I)		R\$ 0,00	R\$ 0,00
23	UNID.	120	Blusa Feminina Amarela em Crepe Montaria	CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I)		R\$ 0,00	R\$ 0,00
24	UNID.	120	Camiseta Piquet Gola Polo Masculina Proteção UV fator 50	CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I)		R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL							R\$ 0,00

Valor Total da Proposta (por extenso) R\$:

Validade da Proposta: _____

Dados Bancários: _____

Declaramos que estamos de acordo com os termos do Edital e acatamos suas determinações, bem como, informamos que nos preços propostos estão incluídos todos os custos, fretes, impostos, obrigações, entre outros.

Localidade, ___ de _____ de 2020.

(Nome e assinatura do responsável legal, que comprove mediante cópia do contrato social ou procuração pública ou particular poderes para tal investidura.

Nome da empresa, assinatura e carimbo
(Representante legal)



ANEXO VIII

MODELO

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2020.

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A empresainscrita no CNPJ nº, Declara, sob as penas da lei, que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Por ser verdade, firmamos o presente.

_____, em ____ de _____ de 2020.

Assinatura do Representante Legal da Empresa e Carimbo



ANEXO IX

DECLARAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO

(Razão Social da LICITANTE), inscrita no CNPJ sob o Nº, sediada na (endereço completo), declara, sob as penas da Lei, e para fins de participação no Processo Licitatório **PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2020**, junto a Prefeitura Municipal de CALDAS NOVAS – GO, para os fins requeridos no Inciso III, do Artigo 9º, da Lei Federal N.º 8.666/93, que não tem em seu quadro de empregados, servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data.

Assinatura
Nome do Representante



Aviso: Este anexo será preenchido somente pela Comissão de Licitação após ser definido a licitante vencedora.

ANEXO X

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N° ____/2020

“Que entre si celebram o Município de Caldas Novas e a empresa.....”.

PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE CALDAS NOVAS – GO, neste ato representado pela Superintendência Municipal De Trânsito, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Luiz José Pereira, Quadra 09, Lote 13, Apto. 601, S/N.º, Centro, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 19.922.544/0001-39, representado neste ato pelo Superintendente de Trânsito SR. LEONARDO MARINHO DE MELO, brasileiro, casado, portador do CPF/MF sob o N.º 887.090.271-49 e inscrito no CI RG sob o N.º 1.240.564 SSP/SE, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado simplesmente **CONTRANTE**.

A empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob n.º. _____, estabelecida à _____ n.º. _____, Bairro _____, na cidade de _____, Estado de _____ neste ato representada por _____, _____, _____, profissão, portador (a) da CI n.º. _____ SSP/ _____ e CPF n.º. _____, residente e domiciliado na _____, Bairro _____ na cidade de _____, Estado de _____, doravante denominada **CONTRATADA**.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente contrato é originário da licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL n.º 020/2020, edital Sistema de Registro de Preços n.º 016/2020 e através do Processo Administrativo sob o n.º 2019.075.455 e tem sua fundamentação na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993, e suas alterações.

DO LOCAL E DATA

Lavrado e assinado aos _____ dias do mês de _____ do ano de dois mil e vinte, na sede da PREFEITURA DE CALDAS NOVAS – Goiás.



CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

1.1. Constitui-se objeto deste instrumento de Contrato a saber: **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE UNIFORMES PERSONALIZADOS CONFECCIONADOS SOB MEDIDA PARA USO DOS SERVIDORES DAS ÁREAS ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS, INCLUINDO OS AGENTES DE TRÂNSITO DESTA SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO – SMT**, conforme descrito no Termo de Referência (anexo I) do edital.

1.2. DA ESPECIFICAÇÃO:

1.2.1. O quantitativo estimado e as especificações de cada item são:

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANT.

1.2.2. O valor total deste contrato **R\$... (...)**.

OBS: Os produtos acima deveram ser de 1ª qualidade, e estar em conformidade com o que determina o Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho, INMETRO, e outros órgãos que regulam a produção e comercialização.

CLÁUSULA SEGUNDA- DA ENTREGA E FORNECIMENTO

2.1. A Entrega de mercadorias deverá ser feita parcial ou fracionada, de acordo com a solicitação expedida pelo Departamento de Compra em 60 dias úteis.

a) Só serão recebidos os produtos que estejam de acordo com as normas técnicas aprovadas pelo INMETRO, conforme cada solicitação, devendo ser observada a quantidade e especificação de cada item.

b) Todos os Uniformes têm que estar em conformidade com o que determina o Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho, INMETRO, e outros órgãos que regulam a produção e comercialização.

c) Não será aceito produtos apresente coloração irregular, rasgados, costura mal feita, ou qualquer outro tipo de violação imperfeição na qualidade do tecido, aviamentos e confecção dos uniformes, que venha interferir na qualidade do produto.

d) Não será aceito produtos que estejam, vencidos ou com data próximo do vencimento;

e) Não será aceito produtos que esteja danificado, que apresente qualquer grau de impureza.

f) Não será aceito mercadorias que não atenda a sua especificação determinadas na licitação, marca, composição etc.

g) Não será aceito mercadorias que não esteja em conformidade com normas técnicas que regulam o setor de produção e comercialização.

h) Só serão recebidos os produtos que estejam de acordo com todas as condições estabelecidas no termo de referência.

i) A entrega deverá ser efetuada na Superintendência Municipal de Trânsito, nos dias úteis (segunda a sexta feira) das 08h00min às 17h00min.

➤ Superintendência Municipal de Trânsito.



- Rua Coronel Gonzaga, Qd 12 Lt 01
- Jardim Roma
- Caldas Novas – GO
- CEP: 75.690-000
- Telefone/Fax: (64) 3454-3519
- Responsável: Sr. Leonardo Marinho de Melo

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O valor total deste Contrato é de R\$ _____, sendo irrevogável, salvo em caso de reequilíbrio econômico.

CLÁUSULA QUARTA – DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO

4.1. A contratada apresentará nota Fiscal/Fatura, para o ato de abertura, liquidação e pagamento, pela Prefeitura Municipal de Caldas Novas, devendo ser entregues quando da execução de qualquer serviço ou junto com os produtos correspondendo exatamente às especificações e quantidades que o processo licitatório demonstrou em sua minuta contratual.

a) As faturas serão pagas até 30 (trinta) dias, contados, imediatamente após a data de protocolização das faturas. Nenhum pagamento será efetuado à contratada antes de paga ou relevada multa que lhe tenha sido aplicada.

b) Todas as despesas decorrentes do objeto ora contratadas serão inteiramente por conta da empresa contratada.

CLÁUSULA QUINTA- DOS RECURSOS

5.1. Os objetos deste Instrumento de Contrato terão seus custos cobertos com os recursos provenientes da Lei Orçamentária para o exercício de 2020, assim classificada:

Secretaria ou Departamento	Dotação Orçamentária
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE	18.1801.15.122.7001.8014 - 339039(171) 18.1801.15.122.7001.8014 – 339030 (171) Gestão da SMT

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES, PENALIDADES E MULTAS.

6.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Além das responsabilidades constitui ainda obrigações e responsabilidades do contratante:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.
- b) Rejeitar no todo ou em parte, os produtos em desacordo com o contrato.
- c) Proceder ao pagamento do contrato, na forma e no prazo pactuado.
- d) Comunicar, em tempo hábil, a Contratada, a quantidade de materiais (produtos), a ser fornecidos.
- e) Emitir as requisições respectivas, assinadas pela autoridade competente.



f) Neste ato fica nomeado o fiscal de contrato o Sr. Leonardo Marinho de Melo, (matricula 901066) que tem que acompanhar e fiscalizar este contrato.

6.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das responsabilidades da lei nº 10.520 e da lei federal 8.666/93 constitui ainda obrigações e responsabilidades da contratada:

- a) Executar fielmente o contrato, de acordo com as cláusulas avençadas.
- b) Substituir os materiais entregues com eventuais defeitos de fabricação ou que apresentar adulteração de qualidade, defeitos, incorreções e ou que sofrer eventual alteração de suas características dentro do prazo de validade, quando for o caso, desde que não causada por inconveniência na estocagem.
- c) A substituição (que trata a alínea anterior deverá ocorrer de forma imediata), após o recebimento da notificação formal, sujeitando-se, na inobservância, as penalidades previstas.
- d) Entregar os produtos adequadamente, nas marcas e tamanhos previstos no contrato e nas quantidades solicitadas.
- e) O contratado fica obrigado a aceitar as mesmas condições do fornecimento, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco) por cento do valor total contratual;
- f) Arcar com todas as despesas, enfim todos os custos diretos e indiretos, decorrentes do fornecimento do objeto.
- g) Deverá estar de acordo com todas as normas e outros órgãos que regula o setor de produção e comercialização do produto.
- h) Arcar com todas as despesas, enfim todos os custos diretos e indiretos, decorrentes do fornecimento do objeto.

6.3. DAS PENALIDADES E MULTAS

Pela inexecução total ou parcial do contrato, nos termos do Artigo 78 da Lei Federal N.º 8.666/93, a CONTRATADA poderá sujeitar-se às seguintes penalidades, a ser aplicada pela autoridade Competente, garantida prévia defesa:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal por prazo não superior a 02 (dois) anos, nos seguintes termos. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria Autoridade que aplicou a punição, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração dos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS CASOS DE RESCISÃO

7.1. A rescisão do presente Contrato poderá ser:

- a) Determinada por ato motivado da Administração, após processo regular, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos casos do artigo 78, incisos I a XII, XVII e parágrafo único e inciso XVIII, da Lei Federal nº 8.666 de 21/06/1993.



- b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para a Contratante;
- c) Judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA OITAVA- DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

8.1. O presente contrato poderá ser alterado unilateralmente pela SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO – na pessoa do Gestor, ou por acordo, na forma da Lei;

8.2. As alterações serão processadas através de Termo Aditivo, nos limites permitidos em Lei.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da contratação será exercida pelo servidor, **LEONARDO MARINHO DE MELO**, no qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA INADIMPLÊNCIA

10.1. Aplicam-se no caso de inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos sociais, fiscais e comerciais o disposto no Artigo 71, 77,78 e 79, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA VIGÊNCIA

11.1. O presente instrumento terá vigência até 31 de dezembro de 2020, contados a partir da data de assinatura, condicionada à eficácia na publicação do Diário Oficial do Município. Podendo ser prorrogado por acordo bilateral respeitando as limitações da Lei Nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FORO

12.1. O presente contrato reger-se-á pelas suas cláusulas, bem como por seu edital (instrumento convocatório) e demais normas e princípios consubstanciados na Lei Federal Nº 8.666/93.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS NOVAS
ADM. 2017 - 2020



12.2. Fica eleito o foro da Comarca de Caldas Novas, Estado de Goiás, com renúncia de qualquer outra por mais privilegiada que seja para dirimir as causas resultantes deste instrumento.

12.3. As partes declaram estar de pleno acordo com as condições do contrato, firmando-o em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que abaixo identificam-se e assinam.

Caldas Novas – Goiás _____ de _____ de 2020.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

NOME: _____

CPF: _____

NOME: _____

CPF: _____



ANEXO XI

TABELA UNIFICADA DE ITENS E VALORES.

ITEM	UNID	QTDA DE.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR MÉDIO	VALOR TOTAL
01	UNID.	120	Camisa Manga Longa Proteção UV fator 50	R\$ 82,55	R\$ 9.906,00
02	UNID.	120	Camisa Manga Curta Proteção UV fator 50	R\$ 81,22	R\$ 9.746,00
03	UNID.	120	Camiseta Malha gola careca Manga curta Proteção UV fator 50	R\$ 37,23	R\$ 4.467,00
04	UNID.	100	Calça Operacional Masculina Motociclista	R\$ 104,97	R\$ 10.496,67
05	UNID.	50	Jaqueta Curta Proteção UV fator 50	R\$ 286,63	R\$ 14.331,67
06	UNID.	50	Boné Trânsito	R\$ 53,30	R\$ 2.665,00
07	PAR	50	Coturno (Par)	R\$ 222,50	R\$ 11.125,00
08	PAR	50	Bota Tática Motociclista (Par)	R\$ 395,00	R\$ 19.750,00
09	UNID.	50	Cinto Social	R\$ 25,13	R\$ 1.256,50
10	UNID.	50	Bornal de Perna (porchete)	R\$ 73,97	R\$ 3.698,33
11	UNID.	50	Torçal (fiel) para apito	R\$ 30,05	R\$ 1.502,50
12	UNID.	50	Apito	R\$ 25,18	R\$ 1.258,83



PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS NOVAS
ADM. 2017 - 2020



13	UNID.	30	Pasta para Notebook/Documentos	R\$ 162,00	R\$ 4.860,00
14	UNID.	23	Carteira Funcional Agente de Trânsito	R\$ 95,01	R\$ 2.185,29
15	UNID.	120	Camiseta Gola polo Manga Longa Laranja Proteção UV fator 50	R\$ 60,73	R\$ 7.287,00
16	UNID.	120	Camiseta Gola Polo Manga Longa Amarela Proteção UV fator 50	R\$ 60,73	R\$ 7.287,00
17	UNID.	120	Camiseta Gola Polo Manga Curta Amarela Proteção UV fator 50	R\$ 59,48	R\$ 7.137,00
18	UNID.	120	Camiseta Gola Polo Manga Curta Amarela Masculina SMT	R\$ 54,48	R\$ 6.537,00
19	UNID.	120	Camiseta Gola Polo Manga Curta Amarela Feminina SMT	R\$ 51,98	R\$ 6.237,00
20	UNID.	120	Calça Operacional Brim Profissional Preta	R\$ 102,30	R\$ 12.276,00
21	UNID.	30	Jalecos Eletricista Proteção UV fator 50	R\$ 94,97	R\$ 2.849,00
22	UNID.	120	Camiseta 100% Algodão Gola Polo Feminina amarela Proteção UV fator 50	R\$ 52,98	R\$ 6.357,00
23	UNID.	120	Blusa Feminina Amarela em Crepe Montaria	R\$ 75,98	R\$ 9.117,00
24	UNID.	120	Camiseta Piquet Gola Polo Masculina Proteção UV fator 50	R\$ 56,73	R\$ 6.807,00
TOTAL				R\$ 2.345,10	R\$ 169.139,79